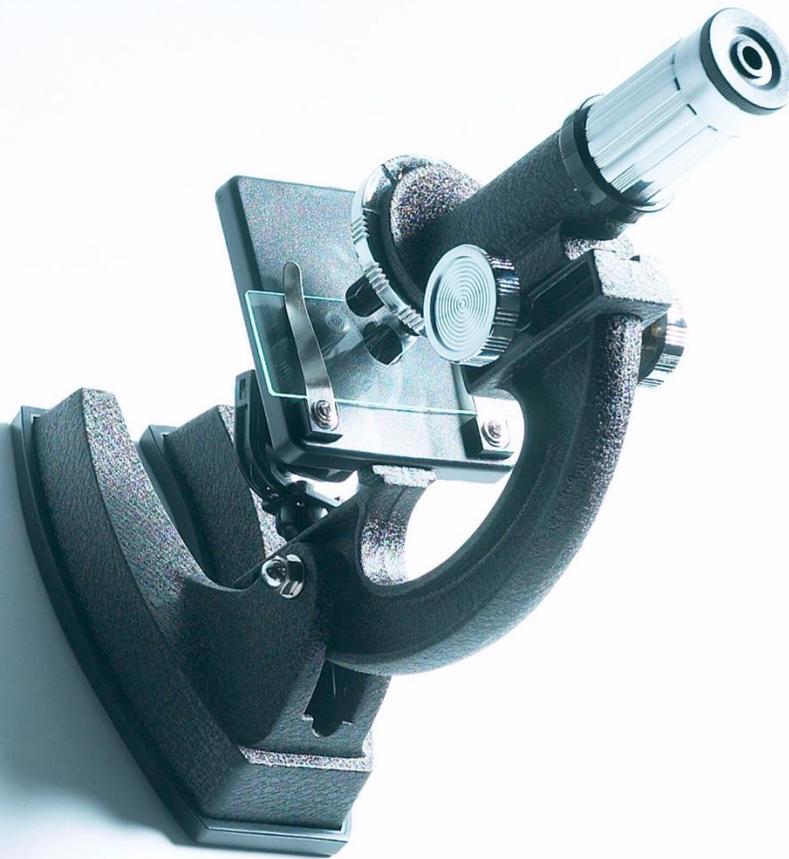


ANAIS DO ENCONTRO INSTITUCIONAL DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNICV

ANAIS ENIIC 2022



UnicV
CENTRO UNIVERSITÁRIO
CIDADE VERDE 

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PIIC-UNICV

União Maringaense de Ensino Centro Universitário Cidade Verde – UniCV

Reitor

José Carlos Barbieri

Diretora de Pós-Graduação e Pesquisa

Marcela Bortotti Favero

Diretor de Registro Acadêmico e Regulação

Lincoln Villas Boas Macena

Diretor de Tecnologias Educacionais

Cleber Semensate

Vice-Reitor

Hamilton Luiz Favero

Diretor Acadêmico Presencial/EAD

Alexsandro Cordeiro Alves

Diretora de Extensão e Estágios Obrigatórios

Luzia Mitsue Yamashita Deliberador

Diretora Executiva

Dayane Francis da Silva Almeida

Organizadora

Profa. Dra. Marcela Bortotti Favero
prof_marcela@unicv.edu.br

EQUIPE TÉCNICA

Prof. Dra. Paula Juliana Ferreira Albero
prof_paula@unicv.edu.br

Thais Kauani da Silva Pinto
thais.silva@unicv.edu.br

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Me. Eduardo Chierrito de Arruda
prof_chierrito@unicv.edu.br

Prof. Me. Giovane Moraes Porto
prof_giovane@unicv.edu.br

Prof Dr. Luiz Henrique PaloschiTome
prof_paloschi@unicv.edu.br

Profa. Dra. Marcela Bortotti Favero
prof_marcela@unicv.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C568a Anais do Encontro Institucional de Iniciação Científica do UniCV. (2.: 2022: Maringá - PR).

Anais – do II Encontro Institucional de Iniciação Científica do UniCV [recurso eletrônico] / Marcela Bortotti Favero (Organizadora). - Maringá – PR UniCV, 2022.

Disponível em:

ISBN: 978-85-68323-18-2 .

1. Iniciação científica. 2. Pesquisa. 3. Educação. I. Título

CDU: 001.8

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do UniCV – Maringá-PR
Bibliotecária: Mara Regina Colafatti CRB-9 1272

Sumário

EDUCAÇÃO EMOCIONAL VERSUS EDUCAÇÃO HUMANIZADORA: UMA BREVE DISCUSSÃO	3
DA EDUCAÇÃO MERCADOLÓGICA - PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	16
LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 19 ANOS	26
ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: FOCO NO USO DA FVNEXA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	38
CELERIDADE PRECESSUAL E OS ENTRAVES DO JUDICIÁRIO DADO À SUA FORMA DE GESTÃO: UM ENFOQUE NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	45
O EXERCÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO DEDUTIVA A PARTIR DAS NORMAS JURÍDICAS	52
ESTUDO DA NFT E AS MEDIDAS PARA SUA EFETIVA TRIBUTAÇÃO	58
UMA ANALÍTICA DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: DOS DISPOSITIVOS AO EXERCÍCIO DE LIBERDADE	63
A NEUROSE FÓBICA A PARTIR DO CASO DO PEQUENO HANS: UMA LEITURA PSICANALÍTICA	68
IMPACTO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL A PARTIR DA PSICANÁLISE	74

EDUCAÇÃO EMOCIONAL VERSUS EDUCAÇÃO HUMANIZADORA: UMA BREVE DISCUSSÃO

Edna Candido¹; Eduardo Chierrito de Arruda²

¹UniCV; ²UniCV
Edna9candido@gmail.com

RESUMO

O artigo tem como escopo discutir a relevância da Educação Emocional e humanizada para a formação e o desenvolvimento integral do sujeito que está inserido dentro do processo escolar. Assim, buscou-se verificar, quais são as melhores estratégias para amenizar os diversos problemas que afetam a humanização do sujeito. Para a realização do artigo, buscou-se respaldos em autores como: Mota (2015) Brach (2014), Correia (2014) que traz à tona essa importante discussão. O tipo de pesquisa que foi adotada é a pesquisa bibliográfica, na qual consiste em uma revisão de literatura, analisando os pontos convergentes e divergentes da temática. Assim, conclusões que o estudo chegou é que todo e qualquer ser humano tem uma grande necessidade de se educar e letrar emocional e humanamente. Neste contexto o artigo traz a necessidade de uma maior inserção da educação emocional e humanizada como um componente curricular relevante para a educação, pois ela funciona como um instrumento de formação e emancipação do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVES: Aprendizado; Formação; Inteligência; Emoção.

1. INTRODUÇÃO

A educação emocional e humanizada sem sombras de dúvidas é, e sempre foi um processo árduo, e cada vez mais um desafio principalmente nos dias atuais, meio ao caos social em que a sociedade vive submergida na alienação do capitalismo.

Faz se necessário educá-lo emocionalmente e humanamente pois o processo de desumanização é um desafio a ser superado todos os dias. Ao falar de emoção logo se faz lembrar da fragilidade humana frente aos seus sentimentos que são peculiares a todos.

Ao analisar o contexto da sociedade moderna a ausência de uma educação emocional e humanizada é bem nítida, e a educação que temos é ainda deficiente e engessada nos moldes do sistema capitalista que menospreza e ignora os aspectos emocionais e humanísticos.

Ao observar o mundo das crianças, adolescentes e jovens o crescimento do consumo de drogas ilegais, a violência em suas diferentes facetas tem sido alarmante e assustadora, porque falta uma consciência social e emocional nesses indivíduos, surge então à necessidade

de uma educação que vise esse equilíbrio emocional e humano na formação e construção desse sujeito, que a escola quer constituir, capaz de transformar positivamente a realidade que temos.

O problema encontrado dentro dessa pesquisa é a falta de uma educação com maior efetividade de uma educação humanizada e emocional.

E ainda a alta desvalorização do sujeito como um ser emocional que são tão importantes para o seu desenvolvimento cognitivo e intelectual, e que na atualidade, tem ficado uma lacuna enorme, o que vai impactar fortemente no cenário da sociedade que se temos hoje,

A principal justificativa pela escolha desse tema foi o grande fascínio pelo sistema emocional e humanizador do aluno, enquanto sujeito e aprendiz em todos os seus aspectos psicológicos, culturais, sociais e cognitivos. E a incessante busca pela aquisição de novos conhecimentos dentro desse relevante campo de estudo que se chama educação emocional e humanizada.

O referencial teórico dessa pesquisa está embasado nos estudos de pesquisadores que elaboraram seus trabalhos, documentários científicos com essa temática e deixaram suas contribuições para a melhor compreensão e discernimentos de como a emoção, a afetividade e a humanização é importante para a formação e a aprendizagem como um foco de estudo.

A coleta de dados e análise para a construção desse trabalho foi leitura e a releitura de textos científicos que ressaltava a importância da emoção sua formação intelectual, social e cultural e o fruto da aprendizagem. A estrutura base desse trabalho está dividida em tópicos que seguem uma relação entre si, abordando a temática através de vários posicionamentos dos teóricos que aqui foram selecionados.

2. METODOLOGIA

Conforme foi apresentado na introdução, a pesquisa é de cunho bibliográfico, na qual teve como analisar a importância das práticas emocionais e humanísticas, frente a sua formação e construção enquanto pessoas e cidadãos. Trata-se de uma pesquisa também com o caráter qualitativa, realizada no período de trinta dias, onde foram levantados diferentes posicionamentos acerca da manutenção e obtenção das competências e habilidades, mostrando seus muitos conceitos, bem como os prejuízos, que muitos sofrem pela falta de

tais habilidades. Quanto a análise dos dados coletados, foram colhidas informações pertinentes, para melhor fundamentar a pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

UM BREVE CONTEXTO-HISTÓRICO

Para Abraham (1999) na difícil tarefa de lidar e educar com seres humanos, dos quais são dotados de uma grande mistura de sentimentos, sensações e emoções que varia da raiva para a ira da tristeza para alegria do medo para o afeto? É imprescindível que se tenha os recursos e as condições necessárias para esse grandioso desafio.

A educação emocional e humanizada, não é a solução para todos os problemas existentes no contexto escolar, mas ela pode funcionar como um instrumento pedagógico de grande relevância para minimizar esses entraves sociais e educacionais. Além de muitas outras ações, que devem acontecer em concordância com essa por meio da implantação de políticas públicas para efetivar de fato todo esse importante processo (ABRAHAM,1999).

A inteligência emocional e humanizada, deve ter o espaço garantido sempre no currículo escolar, mesmo que sejam desafiadores pois o processo educativo segue um currículo engessado que vem de cima para baixo e que não condiz com a realidade, que temos (BASTIAN, BURNS & NETTELBECK, 2005).

Nesse pensamento é analisada uma grande lacuna quando se fala do equilíbrio emocional em todas as instancias da vida, principalmente se tratando de educação, onde a mesma se encontra num processo de defasagem e de deficiência em graus absurdos e inaceitável em muitas realidades, onde se tem visto o embrutecimento do ser humano ao invés da humanização.

O equilíbrio de nossas emoções, sensações e sentimentos é imprescindível para a tomada de decisões e a resolução de problemas.

Assim, surge a necessidade de que o educador seja um profissional multifuncional, tendo conhecimentos abrangentes na área da psicologia humana, para entender esse vasto campo do conhecimento que envolve a emoção, os sentimentos e a sensações humanas (BRACKETT& MAYER 2003).

A educação emocional e humanizada tornou-se um ponto chave de discussão, em congressos, seminários e simpósios por todo o mundo, mais o que se procura são ações efetivas para efetivar esse tipo de educação dentro das escolas, que temos na atualidade.

Na visão de Bueno & Primi (2003) a formação do desenvolvimento do conhecimento científico da escola reprodutora e moldada nos padrões do Estado alienador e capitalista que está ainda há séculos preso a esses moldes, mas o que se pretende alcançar é um novo modelo educacional, que forme o emocional e a humanização o sujeito de forma omnilateral, em sua plenitude dos indivíduos é algo também fascinante e necessário para, que se compreendam os indivíduos em dois elementos, que são indissociáveis dentro do processo educacional

Analisando a educação dos últimos vinte anos, muitas mudanças ocorreram, dentre essas mudanças percebeu a necessidade de conhecer mais afundo a necessidade de explorar mais a educação emocional e humanizada. Pontos esses que na grande maioria das vezes foram deixando de lado, pois o que se visava apenas era um modelo de escola e de educação tecnicista, que visava apenas a forma mão de mão de obra barata par ao mercado de trabalho que faz a grande engrenagem financeira e econômica girar (CIARROCHI & CAPUTI 2000).

Dando lucratividade para a grande elite que detém o poder econômico e embrutecendo os indivíduos de forma unilateral por miseráveis 30 a 35 anos de trabalho duro nem nenhum tipo de criticidade ou de reflexão.

Um caminho pedagógico a ser trilhado para uma nova educação que não vise apenas a formação do mercado de trabalho, mas que prepare emocionalmente e humanamente o indivíduo para tomada de decisões e resolução de problemas da vida prática.

Para Goleman, (1996) a falar da sociedade capitalista se vê de forma escarada a precariedade no sistema educacional, do qual precisa de uma série de reformas para que se pense em um novo modelo educacional que não vise o indivíduo unilateral, que serve apenas para preencher uma vaga do mercado de trabalho, mas que esteja pronto para a tomada de decisões e a resolução de problemas.

Garantir uma educação emocional e humanizada não é tarefa fácil, pois o próprio sistema capitalista que foi imposto e que está reinado no momento quer indivíduos como fantoches, pois assim torna mais fácil a sua manipulação. O mundo do trabalho com suas regras e normas que forma estabelecidas ao longo da história da humanidade não direciona um olhar para o homem emocional e humano que é (LOPES & STRAUS 2003).

Assim, se contribui negativamente para os indivíduos cada vez mais desumanos e embrutecidos por um sistema que os torna reféns de tudo isso. Onde deixa todos rendidos dentro de algemas que os tornam escravos. Assim se almeja uma educação de fato libertadora de todos e para todos dentro de uma coletividade.

Lyons & Schneider (2005) a precariedade do trabalho educacional é visível em muitas realidades do Brasil, onde o próprio professor se tornou uma máquina de conteúdos didáticos, sem nenhum nível do eu emocional e do eu humanizado, que já se perdeu devido a inúmeros contextos e condições que o mesmo se encontra.

A escola enquanto uma instituição social se encontra fragilidade e sem as devidas condições de forma um ser humano pleno com competências e com habilidades para a sua formação humana e emocional.

A crise econômica, financeira e política tem refletido muito dentro do contexto escolar, e isso tem funcionado com um grande obstáculo que tem impedido a consolidação de uma educação emocional e humanizadora, mais é possível intervir por meio de pequenas ações, que surtiram efeitos positivos e paulatinamente teremos uma nova geração de indivíduos mais humanos e mais sensíveis a dor do outro e compassivos e tolerante em meio a uma sociedade, tão complexas e com enormes públicas, que são disfarçados e marcados por meio de estatísticas compradas pelo estado e pelo poder público (MATTHEWS & ROBERTS 2002).

A educação deve possibilitar a liberdade entre todos, mas o que temos na atualidade é uma educação reprodutora e engessada, que visa apenas o preenchimento de uma vaga no mercado de trabalho.

A formação científica e intelectual deve caminhar lado a lado à sua formação emocional e humanizada. Respeitando as desigualdades entre os seres humanos que varia de classe social, escolarização, religião, cultura etc. Tudo isso parece uma utopia mais que é necessário que aconteça em sua plenitude e totalidade.

Para Antunes (2005) atender a formação emocional e humanizada do sujeito não é tarefa fácil, pois envolve um conjunto de ações e de intervenções que devem acontecer em várias áreas e em várias dimensões educação sozinha não é capaz de salvar a sociedade, mas ela pode e deve servir de meio para a efetivação de novas transformações e mudanças sociais.

Inteligência e emoção são temas que têm instigado pesquisadores e gerado polêmica por mais de um século de estudos e pesquisas (SIQUEIRA, et al. 1999, apud WOYCIEKOSKI e HUZ, 2009).

O papel da educação é sempre soberano mais existe muitos desafios a serem vencidos. E talvez, esses desafios não possam ser vencidos pois uma determinada elite, que detém o poder talvez ano queira ou não, seja do interesse dos mesmos esse modelo educacional. Pois na sociedade alienada pelo capitalismo que que pensa e o que deseja com objetivo a reprodução de indivíduos fantoches que servem apenas de bonecos em sociedade de poucos e para poucos (COSTA e JESUS, 2009).

Analisando contexto da educação do passado, não era priorizado o homem como um ser humano dotado de emoções e de sentimento, sensações e se tratando do homem negro nem era tido como um ser humano, e sim como um objeto ou uma mercadoria a ser comercializada. Tal pensamento ofensivo e discriminatório, já caiu por terra, e que se vê todos sob a ótica da humanização e da emoção.

No modelo de educação para a pátria se visa apenas a formação de soldados que deem a sua vida por um objetivo na maior das vezes abstrato, na educação emocional e humanizada se pensa em um indivíduo plena e tola, que enxerga a dor do outro e se sensibiliza com o seu semelhante.

Historicamente somos o tempo todo violentado e é maltratado por um sistema alienador que não permite que determinadas ações intervenções s aconteça para que tenhamos um ser humano melhor, sem nenhum poder de criticidade ou de reflexão (MCQUEEN, 2004 apud COSTA e FARIA, 2009).

O respeito ou a valorização do homem, enquanto um ser frágil e dotado de suas emoções e fraquezas precisa ser entendido de forma clara e objetiva, pois não somos máquinas programadas para exercerem determinada funções ou um cargo no mundo do trabalho. Existem outras dimensões que precisam ser analisadas e trabalhadas com cuidado e com minuciosidade.

Nesse modelo de educação moderna e reprodutora o ser humano não é enxergado como um ser e sim como um mero objeto ou animal irracional, que serve para atender a demanda do mercado de trabalho que enriquece todos os dias os donos dos mesmo de

produção e empobrece a dignidade, a reflexão e a criticidade todos os dias (GOLEMAN, 1997, apud DOMINGUES, 2009).

Uma sociedade atrocidades que tiveram nomes ruins que marcaram a toda a história tal como Hitler (na Alemanha), Mussolini (na Itália), Franco (na Espanha), Salazar (em Portugal), Pillsudsky (na Polônia), Horthy (na Hungria). Nomes que trouxeram o que tem de pior na essência dos indivíduos, talvez por falta de uma educação humanizada e emocional que os construísse e os formasse de forma diferentes, daqueles que os mesmos eram como modelo de maldade e de crueldade.

Um novo sistema de ensino totalmente radical, onde prioriza a racionalidade, a afetividade e a humanização precisa ser implantadas para todos. Nenhum trabalho emocional e humanizado é vão, tem retorno garantido em ações, atitudes e comportamentos humano que irá refletir positivamente em toda a sociedade.

Ainda analisando o contexto da história da educação brasileira, encontra-se modelo educacional meramente científico de uma escola que é apenas certifica, mas que não constroem ser humano pleno e omnilateral para os desafios da vida prática, dos quais ao inúmeros para a resolução de problemas e tomada de decisões. Uma sociedade ainda formada por inúmeras situações discriminatórias e preconceituosas, que estão no topo da pirâmide econômica e que dita regras, normas e leis. (2006, apud COELHO, 2012).

O Bullying, ainda é uma forma de manipulação, que vem sendo reproduzidas a séculos em uma educação também impostar a força, sem o direito de humanizar esses indivíduos que é visto com o uma pedra bruta do qual, precisa ser trabalhado e lapidado com todos o cuidado e amor para isso são necessários os recursos e as condições necessárias para que isso ocorra em sua totalidade.

O psicológico e o emocional dos indivíduos precisa ser visto, precisa ser trabalhado para que tenhamos futuras gerações de pessoas melhores e de indivíduos mais humanos e juntos consigo mesmo e com os outros a sua volta (CARLETTO, et. al. 2005).

Na humanização do sujeito, as armas a serem usadas ano é tanques de guerras ou qualquer tipo de bomba atômica ou armas nucleares que os homens criaram para se alto destruir mais sim os sentimentos e da afetividade que gera o amor e a resiliência.

Uma nova educação que vise formar o espiritual que inclui a alma e o espírito e que visa o equilíbrio entre o racional e o emocional, e o humanizar em sua totalidade.

Uma educação ditadura que preencher vagas do mercado de trabalho é que se tem por séculos, é hora de pensar em construir as novas gerações tenham um espaço amigável, tolerante e afetiva para com o outro a sua volta (GONDIM, 2006 apud BONFIM e GONDIM, 2010).

Não, se constroem uma educação emocional e humanizada, sem exercitar os sentimentos, as emoções os desejos e os sonhos. E isso a escola precisa dá espaço, pois é a partir daí que se começa a lapidar e trabalhar o um humanizado e o eu emocional que cada um tem escondido dentro de sua essência.

Hoje mais do que a necessidade de se priorizar uma alfabetização emocional e humanizada dentro da educação infantil é mais do que necessária pois permite uma melhor e maior formação de determinadas competências e habilidades. O foco central era que a alfabetização só consistia em aprender a decodificar letras com intuito vazio só de formar das palavras, frases e textos. Não havia preocupação com o letrar com significados, então muitas deficiências ocorreram nesse período, e que ainda repercutem até os dias atuais. (BONFIM, GONDIM 2010).

DOMINGUES, (2009) a alfabetização emocional e humanizada amplia nossa visão acerca do que é a escola, do que até família do que é a vida, do que são valores e princípios éticos. Explicitando como a sociedade precisa de todos os conhecimentos que servem de ensinamentos essenciais para a vida – isto significa um retorno ao papel da educação como deve ser e ano apenas uma educação mercadológica. Esse é um projeto desafiador que vão contra esse sistema alienador e alienante que temos.

Os maiores desafios exigem o melhor de cada um de nós e transformar a educação dentro desse patamar é ensinar além do capital que foi imposto. o melhor aproveitamento das oportunidades, dentro e fora das salas de aula, para ajudar os alunos a transformar suas realidade positivamente, além de um melhor desempenho com os momentos de crise pessoal e profissional (BUENO, PRIMI,2003).

CRESPO e MUNIZO (2006) diz que o grande ideal da alfabetização emocional e humanizada é que as mesmas permitem o auxílio do lidar com AS crises pessoais, emocionais e profissionais, conduzindo para o pódio da competência emocional da qual precisa ser trabalhada e desenvolvida em todas as instâncias. Um ser humano emocionalmente e humanamente alfabetizado terá maiores possibilidade de encarar e de enfrentar os desafios

da vida cotidiana com maior desenvoltura em relação aquele que infelizmente não teve essa oportunidade.

Em pleno século XXI, onde as crianças desde muito cedo convivem com um elevado nível de ansiedade muito precoce, ou de famílias desestruturadas que precisam de uma maior atenção para a construção de maiores e melhores políticas públicas que abrangem o sistema emocional e humanizado do indivíduo com um intuito de formar um cidadão e uma cidadã melhor emocionalmente e humanamente (CARLETTO, FRANCISCO e KOVALESKI,2005).

A emoção e a humanização dos indivíduos devem fazer parte da estrutura familiar do currículo escolar e de todas as demais instituições parceiras que realizam algum tipo de educação seja ela a formal ou a informal.

O educador seja ele qual for precisa dessa visão multifuncional, para enxergar todas as possibilidades de se trabalhar o indivíduo em sua plenitude e totalidade. (COBÊRO, PRIMI, MUNIZ,2006).

Na concepção de COSTA e FARIA (2009) o primeiro princípio do desenvolvimento da alfabetização emocional dentro de uma sala de aula é o respeito mútuo, um dos princípios éticos e sociais de grande, sendo assim a responsabilidade é de todos que educam órgãos competentes, a sociedade, a família, a escola e o educador, tais condições são necessárias para consolidar esse processo educativo e emocional de forma muito mais abrangente e pluralizada. O sentido de educar na visão de Paulo Freire tanto outros autores, que aqui forma citados é um novo patamar de educar e de mostrar os desafios da vida, bem como recursos e as condições par ao enfrentamento de todos esses desafios.

Para COELHO, (2012) a importância de uma educação emocional, que seja mais efetiva e plena para o sujeito é o antídoto em parte quando se fala do crescimento exacerbado da violência escolar tem sido tão crescente no mundo. Educar os sentimentos na concepção de Edgar Morin (2014) é um processo está diretamente associado com as emoções que passam pelo eu interior e reflete para o eu exterior.

A educação e a socialização são dois processos imprescindíveis para a formação plena do sujeito, sendo que é papel da família e da escola e dos demais órgãos que oferece algum tipo de escolarização ou formação sejam ela a formal ou a informal (COSTA e JESUS,2009).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrer sobre essa importante temática avalia-se a importância da inteligência emocional para o desenvolvimento dos indivíduos, bem como a formação de sua identidade e personalidade dentro dessa importante abrangência que aqui foi discutida.

Observou que inúmeras reformulações devem ser realizadas dentro do contexto educacional, principalmente se tratando da ausência da educação emocional e humanizada, pois o que ainda temos é um currículo engessado que vem de cima para baixo e que despreza ou ignora determinados aspectos que não podem ser desconsiderados em hipótese alguma.

A educação em todas as instâncias deve funcionar com um equilíbrio entre os aspectos cognitivos racionais e emocionais do homem, sendo trabalhados de forma coesa, visando o melhor desenvolvimento desse sujeito intelectual e emocionalmente.

A reflexão sobre capacidade emocional e humanística do sujeito deve ser tratada com respeito e dignidade, onde desde a educação infantil permeando por toda a educação básica deve ser cuidadosamente trabalhado por meios de experiências práticas e palpáveis.

A inteligência emocional e humanizada não é uma questão de herança genética herdada de pai para filho, e sim uma habilidade ou uma competência que é trabalhada por meio de diferentes atividades, que vai pouco a pouco sendo aprendidas sendo paulatinamente consolidadas.

Cada educador na atribuição de suas atividades docentes deve agir pedagogicamente com o intuito de educar seus alunos não só na leitura e na escrita, e sim emocionalmente e humanamente para o enfrentamento dos desafios que acontecem com uma grande rapidez, e que não a maioria das vezes não nos foi dada uma bagagem específica para lidar com todo esse contexto. Formando um ser humano mais seguro de si mesmo e mais consciente de seu papel dentro e fora da sociedade.

Enfim, a inteligência emocional e humanizada pode ser concretizada por meio de ações e intervenções, que requer um grande esforço individual e coletivo, tanto do educador quanto dos discentes que se permitem serem educados emocionalmente falando.

Por último, para obter uma educação emocional e humanizada de fato efetiva, significativa e integradora é necessário a assídua participação de todos, que no dia a dia constroem a educação, sem exceções. Como sugestão, indica-se que novos estudos sejam

realizados dentro dessa importante temática para que seja construída uma visão mais ampla e esclarecedora acerca da relevância e da eficácia de uma educação emocional e humanizada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **A inteligência emocional na construção do novo eu**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 84 p.

ABRAHAM, R. (1999). **Inteligência emocional nas organizações: uma conceituação**. *Psicologia Genética, Social e Geral*, 125, 209-215.

BASTIAN, V.A., BURNS, N.R., & NETTELBECK, T. (2005). A inteligência emocional prevê habilidades para a vida, mas não tão bem quanto a personalidade e as habilidades cognitivas. **Personalidade e diferenças individuais**, 39, 1135-1145.

BRACKETT, M.A., & MAYER, J.D. (2003). Validade convergente, discriminante e incremental de medidas concorrentes de inteligência emocional. **Boletim de Personalidade e Psicologia Social**, 9, 1147-1158.

BONFIM, Mirele Cardoso. e GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Trabalho emocional demandas afetivas no exercício profissional**. Salvador: EDUFBA, 2010.

BUENO, José Maurício Haas, PRIMI, Ricardo. **Inteligência Emocional: Um Estudo de Validade sobre a Capacidade de Perceber Emoções**. São Paulo: Psicologia: Reflexão e Crítica, 2003.

BUENO, J.M.H., & PRIMI, R. (2003). Inteligência emocional: Um estudo de validade sobre a capacidade de perceber emoções. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 16, 279-291.

CIARROCHI, J., CHAN, A., & CAPUTI, P. (2000). **Uma avaliação crítica do construto da inteligência emocional**. **Personalidade e diferenças individuais**, 28, 539-561.

CARLETTO, Balduir, FRANCISCO, Antonio Carlos; KOVALESKI, João Luiz. **Competências essenciais: contribuições para o aumento da competitividade**. Porto Alegre: ENEGEP, 2005.

COBÊRO, Cláudia, PRIMI, Ricardo, MUNIZ, Monalisa. **Inteligência Emocional e Desempenho no Trabalho: Um Estudo com MSCEIT, BPR-5 e 16PF**. São Paulo: Paidéia, 2006.

COELHO, Lénea Verde Martins. **Competência Emocional em Professores: Contributos da Psicoeducação**. Porto: ASPESM, 2012.

COSTA, Alexandra Monge Godinho e JESUS, Saul Neves de. **Inteligência Emocional e Assertividade dos Enfermeiros**. Faro: Sapiientia, 2009.

COSTA, Marisa e FARIA, Luísa. *Inteligência Emocional e Satisfação Profissional de Enfermeiros e Voluntários*. Porto: **X Congresso internacional galego – português de psicopedagogia**, 2009.

CRESPO, Mary Helen da Silva e MUNIZ, Fabiane. **Inteligência Emocional na Empresa**. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2006.

DOMINGUES, Ana Rita Santos. **Inteligência Emocional, Empatia e Satisfação no Trabalho em Médicos**. Porto: Universidade do Porto, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOLEMAN, D. (1996). **Inteligência emocional (M. Santarrita, Trad.)**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.

LOPES, P.N., SALOVEY, P., & STRAUS, R. (2003). Inteligência emocional, personalidade e a qualidade percebida das relações sociais. **Personalidade e Diferenças Individuais**, 35, 641-658.

LYONS, J.B., & SCHNEIDER, T.R. (2005). A influência da inteligência emocional no desempenho. **Personalidade e Diferenças Individuais**, 39, 693-703.

MATTHEWS, G., ZEIDNER, M., & ROBERTS, R.D. (2002). **Inteligência emocional: Ciência e mito** Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX. Trad. Vera Azambuja Harvey**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

DA EDUCAÇÃO MERCADOLÓGICA- PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Edna Candido¹; Eduardo Chierrito de Arruda²

¹UniCV; ²UniCV
Edna9candido@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta uma interessante discussão sobre a educação certificadora e mercadológica que se vê na atualidade. O objetivo do presente artigo é trazer reflexões sobre a relevância da educação como um direito básico e não como um produto a ser comercializado. A metodologia utilizada neste estudo, foi realizada por meio de fonte bibliográfica e as contribuições deixadas por especialistas na área, no qual desenvolveram estudos e pesquisas nesse campo. Os resultados dessa pesquisa têm como finalidade perceber, que a educação requer inúmeras ações e intervenções para que ela se torne ampla, plural e completa. A conclusão deste artigo é perceber melhor o que é o universo educacional, e toda sua amplitude, sendo a mesma um importante requisito, que deve ser trabalhado e tratado com singularidade e respeito. A estrutura desse trabalho se dará por capítulos e com ideias claras e objetivas.

PALAVRAS-CHAVES: Docência, Educação Mercadológica.

1. INTRODUÇÃO

A educação no geral, deveria ter outro viés, aquele que esteve pautada na emancipação, humanização e liberdade do sujeito e não com o viés de mercadologia e certificadora vazia. E, isso sem sombras de dúvidas é muito importante na formação de valores éticos e sociais como: tolerância, cidadania criticidade, alta valorização da pluralidade cultural, conceitos e valores, que cada vez mais estão escassos na sociedade atual.

O capitalismo é uma realidade, mas que pode ser convertida paulatinamente em outra realidade, que seja pautada no social e no bem comum de todos. Tal utopia não pode mais ser omitido ou deixando para apenas para os discursos. É necessário consolidar tais realidade de forma positiva, onde haja a liberdade e acessibilidade educacional para todos e não para um grupo específico. Faz-se necessário, à implantação de um novo sistema que não seja o capitalismo, onde o objetivo seja a valorização do indivíduo em sua totalidade e não um mero fantoche nas mãos de um sistema alienador.

O problema encontrado dentro dessa pesquisa é desrespeito com a vendas dos direitos básicos como educação, saúde, segurança sendo vista como uma mercadoria a ser comercializada e vendida. E ainda ressaltar, que a educação só será completa, quando houver um novo sistema implantado. Os procedimentos usados para a elaboração desse trabalho é a leitura e a pesquisa, seguida do levantamento bibliográfico de autores, que estão relacionados ao tema.

A principal justificativa pela escolha desse tema, foi construir uma nova e ampla visão, que seja muito mais abrangente, acerca dos efeitos e consequências do sistema capitalismo.

O referencial teórico dessa pesquisa está embasado nos estudos de pesquisadores, que trazem à tona essa importante discussão sobre a venda da educação como um produto, onde quem tem poder aquisitivo pode comprar os melhores e maiores níveis educacionais. A coleta de dados ocorreu por meio de leitura e a releitura de obras científicas, com essa temática, sendo transcrita em ideias, que aqui foram desenvolvidas. Esse trabalho está estrutura em capítulos com ideias claras e sucintas.

2. METODOLOGIA

Nesta obra científica de cunho bibliográfico, como afirma Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos e pesquisas científicas”. Essa fase é crucial para o desenvolvimento de uma obra científica, é também um ponto de partida que permite a coleta e a construção das informações que estão em pauta.

O método aqui utilizado é o bibliográfico, que tem como principal característica “explorar por meio de diferentes autores a essência de um determinado assunto” (LAKATOS, 2007, p 107). Permitindo que fosse construído passo a passo o referencial teórico desse trabalho.

Dessa forma, foram utilizadas pesquisas referentes ao capitalismo, alertando para os perigos do capitalismo no universo educacional. Para tanto, foram feitas consultas em sites com artigos, que apresentavam informações pertinentes, acerca dessa temática em seus vários aspectos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Se de um lado temos aqueles, que enriquecem ilicitamente existe aqueles que cada dia se tornam mais pobres e escravizados por esse sistema, que consiste na perda dos direitos básicos para o cidadão, o que resulta uma ameaça que é constante e diária. Assim, educação torna-se, dessa forma, cada vez mais uma mercadoria. Desse modo a educação, precisar ter um novo significado, que venha garantir o triunfo do sujeito enquanto pessoa, enquanto sujeito e protagonista de sua própria história e não o triunfo das estratégias mercantilizantes (GENTILI 2001)

Notamos que, o tipo de educação que é ofertada não representa uma formação humana, emancipada e omnilateral. Pelo contrário o que temos nos cenários e nos bastidores da educação é uma formação aligeirada que tem exigido profissionais cada vez menos críticos e progressivamente mais alienados da prática educativa, para suprir vagas no mercado de trabalho.

Conteúdos, planos e ementas não são suficientes para sanar as inúmeras situações existentes. Desse modo, as avaliações precisam ser reais e condizentes com cada realidade, para que sejam elaborados o antídoto para cada problema, que impedem a consolidação de uma educação de qualidade, inclusiva e acessível.

Dessa forma, a reação e a prática de uma mercantilização da educação impõem grandes desafios, e quem sofrem são os filhos da classe trabalhadora. Tem sido cada vez mais difícil o enfrentamento desses problemas, que se multiplicam de forma preocupante e muitos deles, tem ficado sem as devidas soluções ou pelos com as devidas intervenções.

É evidente os conflitos na negligência dos direitos básicos dos menos favorecidos. Do outro lado é ofensivo, é desumano subtrair os direitos básicos que foram historicamente conquistados com tantos esforços e sacrificios, sem falar daqueles que deram sua vida em nome de ideias e direitos. Sob a luneta do capital, a bandeira representada é a expansão dos lucros sob os lucros. Em razão disso, as questões sociais das desigualdades ficam cada vez mais nítidas. O aumento real desse problemas são deliberadamente ignoradas pelos órgãos,

que regulamentam e que cuida da qualidade e do acesso de uma educação ampla e acessível (ALMEIDA, 2004).

As regras do setor capitalista continuam as mesmas onde são sempre beneficiados, os que detém poder aquisitivo em suas mãos. Entretanto, a predominância de valores empresariais e capitalistas precisam ser combatidos e um novo modelo educacional deve ser pensado como uma forma de oportunizar esse direito a todos de forma humana e acessível. E não como um privilégio de poucos e para poucos. Dessa forma o neoliberalismo vestido de capitalismo intervém na educação e a coloca a todos, sob uma posição estratégica de total controle social (SILVA,2002).

A falta de regulamentação e a organização efetiva por parte dos demais órgãos, que regem a educação no país, é um entrave em todos os aspectos da educação. Assim, uma educação de insatisfeitos, com salários e condições de trabalho precários é o cenário do sistema de educação pública brasileira. O sistema capitalista precisa de mudanças não apenas formais, mas também radicais para que muitas realidades sejam paulatinamente transformadas, onde todos sejam beneficiados e não apenas uma pequena minoria.

E na visão de Santos & Mesquida (2007) não cabe à educação formar apenas um futuro trabalhador adaptado às exigências do mercado, mas um indivíduo pleno, resiliente, humano e sensível a sua própria história e a ao outro. Esse modelo de educação mantida pelo Estado, pelo capitalismo em parceria com a empresa também capitalistas, deve ser substituída por outros moldes, que vise a humanização do sujeito e não a desumanização. Como diria Freire, a “humanidade está ausente” (FREIRE,1976, p. 73)

Há também, que se ressaltar a necessidade urgente de que o debate sobre a educação seja, um ponto prioritário em todas as instancias. E não só o debate, mas ações reais e concretas, que coloquem tudo isso na prática. Pois a educação é a base de transformação de toda um sociedade. O que na prática significa um crescimento qualitativo, quantitativo e efetivo do Brasil, sobretudo para as populações menos favorecidas (COUTINHO; MAGRO; BUDDE, 2011).

Para validarmos o princípio democrático da mudança e do acesso do direito à educação, é sem dúvidas mudanças grandiosas, que exige tempo, planejamento e inúmeras estratégias, que precisam ser bem implementadas e com a continuidade necessária para que as mudanças ocorram devidamente (BARREYRO, 2008).

Na educação pública a qualidade, a acessibilidade é possível sim. E isso se dá por meio das mudanças radicais que precisam acontecer a curto, médio e longo prazo. Pelo contrário teremos o mesmo quadro de uma educação, que estará sempre defasada. Assim, promover a emancipação humana do indivíduo deve ser sempre um passo inicial. Enquanto o capital, só enxerga as camadas sociais como uma peça dessa grande engrenagem que é o mercado de trabalho. A educação deve enxergar o indivíduo na sua essencial com um ser humano, um ser emocional e afetivo (PICANÇO, 2003).

Dentro da perspectiva neoliberal, a educação está submetida a uma visão economicista. Então, a educação passa a existir para suprir os vácuos do mercado capitalista, preparando mão de obra, de preferência barata, sem nenhum grau de instrução ou criticidade, o que torna o processo de auto dominação muito mais fácil. De acordo com Gentili, a educação é vista sob a ótica da expansão e crescimento econômico. Neste sentido, ela se define simplesmente como uma atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam mão-de-obra. E esse não é o interesse nem o objetivo final quando se fala de uma educação omnilateral (GENTILI, 1998).

A forte presença do capitalismo é uma das grandes barreiras, que temos atualmente. A educação provoca sérias mudanças de comportamento, de pensamentos de ideias. O que é muito bem-vindo nesse sistema que temos atualmente. Diplomar com certificação vazia, os indivíduos é uma forma falsa de demonstrar a democratização do acesso de uma educação sucateada e alienada que está, embriagada no seio do capitalismo. Góis et al. (2007) revelam que a falta de planejamento e direcionamento nas regiões de baixo nível socioeconômico e uma alternativa para as possíveis mudanças.

A LÓGICA DE UMA EDUCAÇÃO MERCADOLÓGICA

Os efeitos decorrentes do processo de mercantilização do ensino, traz sérias repercussões na ação docente. A necessidade de contrarreformas dentro do sistema capitalista é necessária para que haja as mudanças significativas. Todos os aspectos econômicos, políticos e educacionais precisam de uma atenção especializada. Nesse contexto, a educação não pode ser vista como uma mercadoria, e sim como um direito universal, que não pode ser negado ou negligenciado (SÔNEGO,2015).

Pereira (2008) uma educação orientada por uma lógica perversa do mercado capitalista, teremos resultados e efeitos desastrosos para os menos favorecidos, que estão localizados na parte inferior da grande pirâmide do poder. As muitas faces do cenário capitalista mundial são preocupantes. E o tempo todo mudanças e influências são sofridas por todos, principalmente os menos favorecidos. Essa alienação capitalista tem condições impostas o tempo todo, pelo processo de globalização econômica no mundo contemporâneo, um processo enfreado e muitas das vezes irreversível (SERAFIM, 2011).

A lógica do mercado capitalista configura um modelo educacional excludente e com inúmeras deficiências, que requer uma série de mudanças emergenciais, isso quando se refere as classes mais pobres da sociedade. Amaral, (2003) destaca pontos críticos do cenário capitalista, tais como a falsa ampliação do acesso à educação, onde temos um número absurdo de pessoas sem acesso a uma educação de fato ampla e significativa. Outro ponto é a falsa democratização do acesso e permanência, bem como a qualidade de ensino.

Para muitos empresários no ramo da educação, esse importante direito passou a ser vista como um grande e lucrativo mercado, que deixa claro cada vez mais as desigualdades sociais nesse país com dimensões continentais. Seguindo essa lógica mercantilista, a instituição de ensino se tornou em muitas realidades, um mero espaço de adestramento social para o suprimento de vagas no mercado de trabalho (SOCZEK ALENCASTRO, 2012). Sônego (2015) adaptar-se à lógica perversa do mercado capitalista tornou-se uma camisa-de-força, imposta para todos que compõem esse tipo de sociedade. Em uma missão mercadológica, o sistema capitalista é um ambiente propício para a alienação de seus adeptos. (RAMOS, 2012) os efeitos produzidos pelo capitalismo na prática se resumem na precarização do trabalho e da educação pública.

Costa, (2005) diz que nesse contexto as mudanças, precisam acontecer em sua totalidade, realizando uma mobilização coletiva e individual levando a libertação desse sistema que causa sofrimento, alienação, desigualdades e tanta exclusão social. (MARTINS; HONÓRIO, 2014).

Nesse sentido Fleury e Macêdo (2012) identificaram os efeitos desastrosos do sistema capitalista como um dos mal-estares da contemporaneidade. Em suma a moral do capital segue o velho ditado popular “manda quem pode”. E nesse “jogo” tão desigual, onde as vítimas são sempre os menos favorecidos, que são as presas fáceis para a “teia de aranha” do

sistema capitalista. Uma vez que toda Base Curricular das escolas, universidade e faculdade é conservadora, privatizante uma ameaça para o desenvolvimento do senso crítico, da transformação social e da liberdade. Onde são atendidos os representantes e os interesses mercadológicos dos poderosos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão mercadológica da educação, da saúde, da segurança pública, do trabalho coloca desafios para todo que compõem esse tipo de sociedade. O capital em suas diferentes facetas impacta diretamente na concepção da qualidade educacional, do valor de seu trabalho e dos ideais de um sistema que seja libertador.

Percebemos a necessidade de ampliar os olhos para outro tipo de sistema com o viés do social e do comum entre os indivíduos, onde a base não seja sempre o lucro, mas que sejam apontadas alternativas diante do quadro social, em que temos tantas especificidades e singularidades. Assim, muitos são os desafios, confrontos e novas tensões para se implantar um novo sistema que priorize a liberdade, a dignidade humana e valorização do sujeito.

Nesse contexto, observa-se uma crescente alienação na essência dos humanos, nas instituições de ensino como produto final de todo o processo do capitalismo, mas tal realidade pode ser paulatinamente transformadas por meio de ações, metas, políticas públicas e mobilização individual e coletiva da sociedade.

Conclui-se, portanto, que a proposta neoliberal para a educação, que tem sido uma das barreiras para finalidades de atender uma formação omnilateral, que deixe de atender os interesses mercantilizantes. E por meio de inúmeras outras estratégias, que vão desde as políticas educacionais, a descentralização do estado na educação e a instalação do Estado com caráter no social e no bem comum de todos, haverá a promoção da educação muito mais humanizadora e inclusiva, sem as sombras da exploração, segregação e do medo impostas pelo sistema capitalista.

Por fim, em resposta ao objetivo proposto, foi possível refletir sobre a temática construindo uma visão esclarecedora sobre a formação omnilateral, frente a história da educação brasileira marcada com tantas desigualdades, negligências e lacunas. Sugerem-se

outros estudos dentro da temática em questão, para que sejam aprofundados pontos tão importantes como esses, dentre tantos outros, que fazem parte desse segmento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. P. Estado liberal e ensino superior: o impacto das demandas do mercado sobre as políticas educacionais na Universidade pública. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 4, n. 11, p. 103-115, jan./abr. 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001. INEP. “Sinopse da educação superior no Brasil”,

AMARAL, N. C. **Financiamento da Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

BARREYRO, G. B. **Mapa do Ensino Superior Privado**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

CENSO DEMOGRÁFICO 2015. **Características gerais da população invisível**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: Acesso em: mar. 2021.

COSTA, S. S. C. De fardos que podem acompanhar a atividade docente ou de como o mestre pode devir burro (ou camelo). *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 93, 2005, p.1257-1272

COUTINHO, M. C.; MAGRO, M. L. P. D.; BUDDE, C. Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para os professores universitários. **Psicologia: Teoria e Prática**. 13 (2), 2011, p. 154-167.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.144p.

FLEURY, A. R. D; MACÊDO, K. B. O mal-estar docente para além da modernidade – uma análise psicodinâmica, **Dialnet**, vol. 9, n. 2, 2012, p. 217-238.1997.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GENTILE, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, A.A.P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GENTILI, A.A.P.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: Visões críticas**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GÓIS A, Takahashi F. **Escolas próximas têm médias distantes**. Folha de S. Paulo, 2007 mar 31; Caderno Cotidiano:5.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, A. A. V.; HONÓRIO, L. C. **Prazer e sofrimento docente em uma instituição de ensino superior privada em Minas Gerais**. Revista O & S – Salvador, v.21, n. 68, 2014, p. 79-96

PEREIRA, M.R. **A Impostura do Mestre**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

PICANÇO, A. A. Educação superior para professores em exercício: formando ou improvisando? In: **Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação**, Caxambu, 2003.

RAMOS, C. E. **O professor universitário na sociedade administrada: expressões da violência no ensino superior privado**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2012.

SAMPAIO, C. M. A.; SANTOS, M. S.; MESQUIDA, P. Do conceito de educação à educação no neoliberalismo. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 3, n. 7. p. 165 – 178, set./dez. 2002. 4618

SANTOS, M. S & MESQUIDA, P. **As matilhas de Hobbes: o modelo da pedagogia por competência**. São Paulo: Edumesp, 2007.

SERAFIM, M. P. O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n.2, 2011. p. 241-265.

SÔNEGO, A. Os desafios da universidade no século XXI e algumas reflexões sobre a posição docente frente a este processo. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, 1, (1), 2015, p. 30-35.

SOCZEK, D; ALENCASTRO, M. Pesquisa acadêmica em instituições de ensino superior particulares: desafios e perspectivas. **Revista Intersaberes**, v., 7, n.1 3, 2012, p.46-66.

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 19 ANOS

Hellen Airy Chinen¹

¹ UniCV, hellen.chinen@gmail.com.

RESUMO

O problema da habitação no Brasil é um tema discutido há tempos, no qual historicamente medidas não muito efetivas foram tomadas para diminuir ou acabar com a falta de moradia, almejando condições básicas de habitat. Desse modo, explicita-se mais ainda a desigualdade social presente no país, devido ao alto custo habitacional e acesso seletivo. Neste âmbito, o presente artigo apresentará, através de revisão bibliográfica, as políticas habitacionais no período entre o Governo de Luiz Inácio da Silva até o presente governo de Jair Bolsonaro, concomitante a pandemia do Covid-19, momento de preocupação sanitária e intensificação das crises já existentes. Durante o trabalho, serão apresentadas as medidas políticas tomadas em cada mandato e suas subsequentes influências, demonstrando que ao longo da história houveram medidas, a fim de mitigar os problemas relacionados às habitações, porém nada que acabasse com essa problemática, intensificando-se com a crise sanitária do coronavírus e por conseguinte o difícil acesso à matéria prima.

PALAVRAS-CHAVES: Habitação. Social. Política.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a desigualdade social está presente em vários âmbitos, exemplo disso é 1% da população mais rica possuir a renda total de 50% da população mais pobre. Diante desse cenário, no qual a alta dos preços no setor imobiliário impossibilita a maior parte dos brasileiros conquistar sua moradia, o setor habitacional passa por um colapso (RAMOS e NOIA, 2016).

Durante a República Velha, cortiços e vilas operárias eram os locais de moradia para muitos trabalhadores, porém a política habitacional voltada para as moradias operárias era o inquilinato, onde valores não cabíveis aos operários eram cobrados para se residir o imóvel (BONDUKI, 1998). Com o início da política populista, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) foram vinculadas a instituição da Fundação da Casa Popular de maneira a beneficiá-la, porém a medida de aproximação entre os institutos entrou em conflito com

empresas da construção civil, que temiam a monopolização dos materiais construtivos (MELO, 1987; 1991).

Em vista disso, surge a primeira política institucional brasileira voltada à resolução do problema de habitações e apoio à construção civil, o chamado Banco Nacional de Habitação (BNH), instituído durante o governo militar (LIMA, 2014). Posteriormente, em 1987, através dos movimentos sociais surgiu a Emenda Popular pela Reforma Urbana, tendo como seus principais ideais a propriedade e a cidade, elaborando uma nova constituição durante o processo de redemocratização (FERNANDES, 2018).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ocorreu o detrimento nos debates de políticas públicas, incluindo as questões de habitações de cunho social, havendo apenas investimentos em moradias através de recursos onerosos, como Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (MARTINS, 2015). Em 2003, início do Governo Lula, criou-se o Ministério da Cidade, no qual pela primeira vez houve a junção dos setores de habitação, saneamento e transporte para reconhecimento da reforma urbana (ROLNIK, 2015). Pela crise vivenciada em 2009, ainda no governo de Luiz Inácio da Silva surge o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com intuito de possibilitar aos brasileiros com renda de até dez salários mínimos o financiamento para moradia (ROLNIK, 2015).

Como continuidade do PMCMV, até meados do Governo Dilma cerca de 3.755.261 (três milhões setecentos e cinquenta e cinco mil duzentos e sessenta e um) unidades habitacionais foram financiadas a baixas parcelas, impactando também a economia, gerando 3,82 milhões de empregos de forma direta e indireta (DEPIERI, 2016). Em 2014, a crise econômica e a taxa negativa no setor imobiliário, levou consequências para o Governo de Michel Temer, sendo estas o aumento dos juros e a baixa dos financiamentos habitacionais (CASTRO et al, 2016).

Na sucessão, no processo eleitoral para a definição de Jair Bolsonaro como presidente da República, o candidato não propôs em suas discussões ideais concretos relativos à habitação e outras políticas urbanas (ARAGÃO et al, 2021). Juntamente com o governo Bolsonaro, eclodiu no mundo a pandemia do Covid-19, a qual revelou o impacto da desigualdade social no controle sanitário, visto que muitos dos brasileiros são inquilinos e

foram despejados das residências, sendo obrigados a encontrar locais periféricos, muitas vezes sem saneamento básico (BARBOSA e NEIS, 2020).

As políticas públicas voltadas para as habitações sociais são os principais meios subsidiadores da execução de moradias, a fim de satisfazer uma das necessidades populacionais brasileiras (SALVADEO, 2015). Porém, a falta de equilíbrio entre o fornecimento de verbas para habitações sociais e ausência de práticas políticas voltados à sociedade no passado, contribuem para a defasagem no setor habitacional (NASCIMENTO, 2014). Por este motivo, é necessário colocar em pauta a discussão da moradia de interesse social e o histórico das políticas habitacionais como grandes influenciadores nesse processo (BARRETO, 2016).

Considerando a relevância da minimização da carência habitacional e a relação direta com as ações intervencionistas do Estado, é importante o estudo das políticas habitacionais, a fim de esclarecer as medidas tomadas em cada governo, para suprir as necessidades desse segmento e como essas decisões é refletido nos aspectos urbanísticos, sociais e ideológicos (MONTEIRO; VERAS, 2017). Portanto, a presente pesquisa objetiva fazer um levantamento das constantes mudanças das políticas públicas habitacionais no cenário brasileiro, dentro de um recorte temporal do período Lula (2003-2011) até os dias atuais com a pandemia do Covid- 19 (2020-2022).

2. OBJETIVOS

Objetivo geral

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é a definição das construções habitacionais, partindo do regime político governado por Luís Inácio da Silva até ao momento atual, ligado à pandemia do covid-19.

Objetivos específicos

- Identificar as particularidades das políticas de estado do contexto vigente;
- Definir a qualidade das habitações sociais, voltado ao conforto ambiental, perante as iniciativas governamentais;

- Verificar o processo de padronização das habitações sociais, frente ao histórico governamental;
- Constatar a questão da vulnerabilidade social na sociedade brasileira.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa se baseia em referências teóricas através de uma revisão bibliográfica, a qual engloba aspectos da política brasileira desde o governo Lula até os dias atuais com a pandemia do covid-19. Primeiramente, foi descrito e explicado as medidas tomadas pelo Governo Lula, com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) até o Governo Bolsonaro, com o programa Casa Verde e Amarela. Em sequência, são analisadas as particularidades das políticas de estado do contexto vigente, para a melhor compreensão dos resultados das administrações vinculados aos problemas de habitação. Por fim, foi realizado um estudo com dados qualitativos, voltados aos padrões de habitações durante todo o período pesquisado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma desordenada e rápida, por isso a questão do déficit habitacional e sua precariedade é uma realidade presente nas regiões brasileiras, sendo necessários estudos sobre as políticas públicas, a fim de interpretar e solucionar esse problema (BLOEMER, XAVIER, 2013).

Durante o período do governo de Luiz Inácio da Silva (2003 até 2006), com o objetivo de colocar em pauta os regulamentos fundiários, o planejamento urbano e reduzir ou acabar com a precariedade e insegurança das moradias, foram criadas quatro secretarias, sendo elas de mobilidade e programas urbanos, de habitação, de saneamento e de transporte (LEITZKE, 2015). Ademais, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como meio de adquirir um imóvel passou por uma mudança, no qual o saque poderia ser efetuado no intervalo de quatro anos para o investimento (CARDOSO et al., 2013). Em julho de 2006, junto à medida anterior, foi instituído o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), fundo orçamentário, que comprometia-se em aportar 1 bilhão por ano, com o objetivo de engendrar as ações

relacionadas às necessidades habitacionais de médio e longo prazo, agregando aos outros meios de forma linear para resolução do problema em relação às habitações (BONDUKI, 2009).

No segundo mandato de Lula (2007-2011), em janeiro de 2007, é criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual era responsável por fornecer recursos financeiros ao setor de habitação. Subseqüentemente, em março de 2009, surge o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em reação à crise de 2008, a fim de movimentar o mercado com a compra de novos imóveis (PISMEL; et al, 2013).

Em primeiro momento, a meta do PMCMV previa a construção de 1 milhão de moradias até 2010, posteriormente, no governo Dilma (2011-2016), a meta do programa aumentou para 2 milhões até 2014, visando o aumento do número de famílias com casa própria, distribuição de renda, inclusão social e levar o mercado formal à construção de casas sociais (FERRAZ, 2011). Na segunda fase do PMCMV (2011-2016) tinha como modelos de financiamento três perfis de famílias que variavam de acordo com as rendas mensais de cada uma, faixa 1 (até R\$ 1.600), faixa 2 (até R\$ 3.275) e faixa 3 (até R\$ 5.000) (FLACH, 2016). No final dessas duas fases, o programa já havia entregue cerca de 4,3 milhões de habitações e 294,5 bilhões investidos (SOMAIN, 2016).

Apesar de o Programa Minha Casa Minha Vida ser considerado referência tratando-se de demandas e construções de cunho habitacional (FERREIRA, 2016) inúmeras críticas foram levantadas, principalmente no que tange a massificação das habitações. O programa reproduziu imóveis seguindo um modelo de pós-guerra, no qual os objetivos ao construir imóveis para proteção, não levando em consideração a individualidade de cada ser e, principalmente, as especificidades de diferentes regiões (BONDUKI, 1998). Além disso, houve uma desvinculação da população de baixa renda do contexto urbano, resultante da construção das habitações em locais periféricos, como feito no BNH (RUFINO, 2015). Também, como problemas do programa, diversas pesquisas levantaram a baixa qualidade na arquitetura, monofuncionalidade e verticalização das regiões de periferia (VICENTIN e KANASHIRO, 2016).

Além disso ressalta-se que, nos períodos supracitados, houveram medidas para resolução do problema habitacional, mas também ocorreu o crescimento dos movimentos sociais com objetivos como aumento das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), política

contra despejos forçados, especulação imobiliária e muitos outros desejos populacionais que evidenciaram defasagens nas medidas em prol da habitação (BOULOS, 2014).

A terceira fase do Programa Minha Casa Minha Vida surge, ainda no Governo Dilma, com o objetivo de subsidiar mais 2 milhões de habitações até 2018, porém em abril de 2016 ocorre o Impeachment e Michel Temer assume a presidência (SANTOS, 2017).

No governo de Temer, com o objetivo de atender os pedidos das elites em recuperar o superávit econômico, o Ministério Público Federal em São Paulo recomendou aos órgãos vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida que anulasse os recursos às famílias da faixa 1, diminuindo a abrangência de beneficiários (HUGUENIN, 2017). Em sequência, com intuito de fomentar o consumo, foi liberado o saque do FGTS, o que resultou no esvaziamento dos fundos de financiamento habitacional e saneamento (SOUZA e HOFF, 2019).

Em 2019, logo após o período eleitoral que definiu Jair Bolsonaro como o Presidente da República, houve a fusão do Ministério das Cidades com o Ministério de Integração Nacional, transformando em Ministério do Desenvolvimento Regional. Esta medida levantou a reação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que buscavam uma justificativa para o fechamento do ministério, uma vez que o déficit habitacional no Brasil aproximava-se de 6 milhões de habitações (PINA, 2019). A justificativa para a fusão dos ministérios foi a união entre o desenvolvimento regional e urbano, porém problemáticas de naturezas opostas entram em conflito nessa junção (SILVA; NASCIMENTO, 2019). Além disso, o novo ministério não delimitou metas para a faixa 1 do PMCMV, grupo de família com renda de até R\$1.800, representativo dos 80% presente no déficit habitacional (PNAD-IBGE, 2014).

Em janeiro de 2021, foi instituído o Programa Casa Verde e Amarela, englobando três faixas de renda, a faixa 1, com renda mensal de até R\$2 mil, a faixa 2, de R\$ 2 mil a R\$ 4 mil, a faixa 3, de R\$ 4 mil a R\$7 mil e, para famílias em zonas rurais, com renda anual de R\$84 mil (BRASIL, 2021). Tendo como objetivo o aumento das construções de unidades habitacionais, apoiar os municípios para regularização fundiária e crédito para reformas e melhorias (SOUSA; USHARA, 2021). Porém, o programa não se voltou para solucionar problemas como a garantia de moradias em locais seguros, acesso a saneamento básico e desadensamento, com falta de recursos o programa deixa de lado a garantia a moradia digna (MARCO; BATTIROLA, 2021).

Em meio a este contexto surge a pandemia do Covid-19 (2020-2022), na qual a defasagem das condições habitacionais do Brasil entra em colapso com o enfrentamento da doença. Apesar do alto contágio infeccioso da doença, e das recomendações de isolamento social da Organização Mundial da Saúde (OMS), tornou-se claro a inevitabilidade desta situação para as 11,4 milhões de famílias que residem nas favelas brasileiras (GUIMARÃES e PINHEIRO, 2021). A realidade das comunidades já é discutida anteriormente a crise sanitária, porém com o coronavírus fica ainda mais explícito a falta de saneamento básico, não regularidade no abastecimento de água e coleta de lixo, aliados às condições precárias de urbanização e moradias (FLEURY; MENEZES, 2020). Ademais, a escassez de matérias-primas e insumos incide como uma crise financeira no setor econômico e automaticamente em todos os setores vinculados a essa (AGNOL et al, 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade em obter moradias com todas as necessidades básicas exigidas, como saneamento básico, segurança, mobilidade, entre outros é um desafio para uma boa parcela da população. A resolução do déficit habitacional sempre foi atrelada às políticas públicas, porém, a complexidade em adquirir um imóvel nessas condições surge no momento em que a especulação imobiliária entra no plano da cidade, juntamente com os preços não cabíveis para ter uma casa própria, renda por família, taxa de crescimento da população e políticas públicas vigentes. E depois, muitas das habitações de interesse social implantadas comumente em zonas periféricas, são locais de risco, sem infraestrutura básica e levando a exclusão da população de baixa renda ao acesso às cidades, não oferecendo moradia digna. Outrossim, é importante salientar que não apenas a quantidade de construção de moradias oferecidas pela União é o suficiente para suprir as famílias de baixa renda, mas também a qualidade que essas habitações terão para receber a população, dando ênfase nas necessidades dos moradores. Tópico criticado nas fases do Programa Minha Casa Minha Vida, visto que a quantidade de moradias criadas foi certamente surpreendente, entretanto houve grande problema com o chamado segregação socioespacial, onde surgem problemas referentes à mobilidade urbana e racionalização das relações sociais.

Com o programa Casa Verde e Amarela, segue-se o processo de não resolução de problemas levando em consideração os recursos para um local de moradia íntegra. O saneamento básico e desadensamento em locais periféricos não foi atendido, tornando uma problemática maior em tempo de pandemia, já que a necessidade de isolamento social e higiene se torna mais difícil. Desse modo, o desafio de resolução da carência ligada às habitações de cunho social torna-se mais difícil, visto que há a necessidade de estudos multidisciplinares para que ao longo da história a situação de insuficiência tanto quantitativa quanto qualitativa diminua até que se extingue.

REFERÊNCIAS

AGNOL, E.C.D. et al. **Análise atuarial dos fatores de risco do seguro garantia de término de obras no âmbito do Programa Casa Verde Amarela.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

ARAGÃO, T.A. et al. **Ocupações urbanas como repertório confrontacional dos movimentos de luta por moradia.** São Paulo: Open Acces creative Commons Attribution, 2021.

BARBOSA, O.L; NEIS, A.C. **Habitação em meio à pandemia: um debate necessário.** Espírito Santo: Revista do Pet Economia UFES, 2020.

BARRETO, M.P. **Programa Minha Casa Minha Vida em municípios de pequeno porte: efeitos na microrregião de Baixa Verde/ RN.** Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Biblioteca setorial de Arquitetura e Urbanismo, 2016.

BONDUKI, N.G. **Do projeto moradia ao programa Minha Casa Minha Vida. Teoria e Debate**, nº82, maio/junho. 2009.

BONDUKI, N.G. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** Estação Liberdade, 1998.

BOULOS, G. **O maior legado da copa foi a especulação imobiliária.** Carta Capital, Brasil, maio de 2014. Entrevista concedida à Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201co-maior-legado-da-copa-foi-a-especulacao-imobiliaria201d-463.html>. Acesso em: 09 de Novembro de 2021.

BRASIL. Lei nº 14.118, de 13 de janeiro de 2021. Brasília: Institui o Programa Casa Verde e Amarela. Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.118-de-12-de-janeiro-de-2021-298832993>>

BRASIL. **Projeto de Lei 3715/2019**. Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para determinar que, em área rural, para fins de posse de arma de fogo, considera-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2210523>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

BLOEMER, N.M.S; XAVIER, S.S. **Programas habitacionais**: indicadores de avaliação. São Paulo: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v.9, n.3, 2013.

CARDOSO, A.L. (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CASTRO, G. et al. **Análise sobre o impacto da dívida pública do Brasil nas despesas do governo no período de 1999 a 2013**. Revista de economia Mackenzie.

DEPIERI, M.A.L. **O Programa Minha Casa Minha Vida**: política habitacional dos governos Lula e Dilma no período de 2009 a 2014. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

FERNANDES, D.C.O. **O direito à moradia sob a perspectiva dos direitos sociais: os reflexos da inefetividade das políticas públicas habitacionais no poder judiciário**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

FERRAZ, C.A. **Crédito, exclusão financeira e acesso a moradia**: Um estudo sobre financiamento habitacional no Brasil e o Programa Minha Casa, Minha Vida. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, G.D. **Produção habitacional, agentes e território**: uma análise do programa minha casa, minha vida na região metropolitana de Natal (2009-2014). Natal: tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

FIGUEIREDO, J.B. **A reprodução do capital no espaço urbano**: os problemas habitacionais de uma São Paulo moderna e desigual. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

FLACH, A.A. **O papel da municipalidade no Programa Minha Casa Minha Vida em Porto Alegre**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

FLEURY, S; MENEZES, P. **Pandemia nas favelas**: entre carências e potências. Rio de Janeiro: Saúde debate, v.44, n.Especial 4, 2020.

GIMENEZ, E. **Conquistas do MST após o massacre de Eldorado dos Carajás são destruídas por Bolsonaro**. Amazônia: notícia e informação, Amazônia, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2020/04/conquistas-do-mst-apos-massacre-de-eldorado-doscarajas-sao-destruidas-por-bolsonaro>. Acesso em 16 nov. 2021.

GUIMARÃES, K.C. e PINHEIRO, S.S.M. **O desgoverno Bolsonaro e o Novo Coronavírus: Uma análise preliminar sobre o impacto social dessa combinação no Brasil.** Minas Gerais: Serviço Social em Perspectiva, 2021.

HIGUENIN, J.P.O. **A formação do consenso sobre a autogestão habitacional.** São Paulo: XVII ENAMPUR, 2017.

LEITZKE, A. **Política habitacional em Londrina: conjuntos habitacionais e regularização fundiária.** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015.

LIMA, F.J.V. **Políticas públicas habitacionais brasileiras e direito fundamental à moradia: interfaces e confrontações.** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

MARCO, C.M., BATTIROLA, A.M.D. **Programa habitacional Casa Verde e Amarela - Uma análise sobre a importância do debate nas esferas públicas para a construção do espaço.** Revista de Direito da Cidade, v.13, n°4, 2021.

MARTINS, A.R. **Programa Minha Casa Minha Vida: uma análise da política habitacional para a população de baixa renda no Brasil.** São Paulo: PEPGEP-PUC/SP, 2015.

MONTEIRO, A.R.; VERAS, A.T.R. **A questão habitacional no Brasil.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017.

NASCIMENTO, M.M.P. **Habitação “popular” de mercado: relações com o ambiente urbano na região metropolitana de Aracaju (SE).** Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2014.

PEZZI, R; et al. **Desenvolvimento de tecnologia para ciência e educação fundamentado nos preceitos de liberdade do conhecimento: o caso do centro de tecnologia acadêmica.** Rio de Janeiro: IBICT, 2017.

PINA, R. Primeiro ato do MTST sob governo Bolsonaro leva 10 mil pessoas às ruas, em 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/29/primeiro-ato-do-mtst-sob-governo-bolsonaro-leva-10-mil-as-ruas-de-sao-paulo/>>. Acesso em 11 de novembro de 2021. PISMEL, A.C.; et al. **Inovações participativas nas políticas habitacionais para população de baixa renda: um estudo de caso sobre o Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades.** Campinas: Clacso-ASDI, 2013.

PNAD. Distribuição percentual do déficit habitacional urbano por faixas de renda média familiar mensal. Colaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). IBGE, v.34, 2014.

PROETTI, S. **As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo.** São Paulo, 2017.

RAMOS, J.R.; NOIA, A.C. **A construção de políticas públicas em habitação e o enfrentamento do déficit habitacional no Brasil**: Uma análise do programa Minha Casa Minha Vida. Bahia: Ed Unijuí, 2016.

RODRIGUES, A.C. **Diplomática e arquivística: diálogos para a construção do método de identificação da tipologia documental**. Salvador: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2016.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUFINO, M.B. **O mobiliário como frente de expansão da metrópole**: contradições na produção do espaço do Porto das Dunas. EURE (Santiago), v.41, n.124, p.69-90, 2015.

SALVADEO, A.R.A. **Programa Minha Casa Minha Vida**: a gestão local na implementação das “Habitações de Interesse Social”. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2015.

SANTOS, A.R.A.R. **Política habitacional brasileira**: uma análise da concepção do Programa Minha Casa Minha Vida. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

SANTOS, F.C.A.S. **O espaço-tempo das políticas habitacionais em Presidente Prudente/SP**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2020.

SILVA, A.K.C. **O habitar no espaço geográfico**: uma breve discussão sobre o percurso histórico das políticas habitacionais brasileiras (1940-2019). Recife: Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais, v.8, n°1, 2019.

SOMAIN, R. **Paisagens do programa Minha casa, minha vida**. Confins - Revista franco-brasileira de geografia, 2016.

SOUSA, P.H.M., USHARA, Y. **Programa Casa Verde e Amarela**: comentários à Lei 14.118/2021. Editora Simplíssimo, 2021.

SOUZA, M. B., & HOFF, T. S. R. (2019). **Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil**: possíveis consequências para a habitação popular. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, e20180023. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>.

VICENTIN, T.N. e KANSHIRO, M. **Análise do comércio e dos serviços nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**: Estudo de caso do residencial Vila Bela - Londrina, PR. Ambiente construído, v.16, n.4, p.227-250, 2016.

ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: FOCO NO USO DA FVNEXA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Raul Levino de Medeiros Bisneto¹; Bruna Solera²

¹UnicV, e-mail: raulbisneto.edu@gmail.com; ²UnicV, e-mail: bruna.solera@unicv.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo identificar a atuação do profissional em Educação Física (PEF) mediado pelas Ferramentas Virtuais Não Exclusivas à Aprendizagem (FVNexA) no decorrer da pandemia de COVID-19 no Brasil. A pesquisa caracteriza-se pela abordagem quantitativa e exploratória tendo como método a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011) sendo também aplicado o método de seleção aleatória proposto por Thomas, Nelson & Silverman (2009). Onde foi adotado como referencial teórico os estudos da FVNexA; Sena, Matos e Cavalcante (2019); FVNexA e ItemNet; Matos (2020); Profissional em Educação Física e FVNexA; Levino, Solera e Araújo (2022). Conclui-se que de fato ocorreu o uso do ItemNet Instagram com FVNexA pelos PEF no decorrer da pandemia de COVID-19. Sendo a utilização da FVNexA Instagram pelos PEF a evidenciação da instrumentalização da elaboração de estratégias assertivas de atuação pelos PEF face a emergencialidade pandêmica.

PALAVRAS-CHAVES: Profissional em Educação Física; ItemNet; FVNexA; COVID-19

1. INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019 na província de Hubei foram identificados os primeiros casos da contaminação humana por um vírus ainda desconhecido. Em 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Mundial (ESPII) onde o elevado número de casos e escalada crescente de mortes.

Diante do agravamento das condições epidemiológicas no Brasil, as categorias classificadas como não essenciais tiveram que encerrar as suas atividades temporariamente, por exemplo, os espaços voltados a prática de atividades físicas e aeróbicas (academias, clubes, ginásios e estúdios). Além disso, as atividades físicas em espaços públicos foram temporariamente suspensas para inibir aglomerações e frear a crescente onda de casos de COVID-19 (SOUZA FILHO; TRITANY, 2020).

Diante do exposto, há um impacto negativo, observado na prática da atuação do Profissional em Educação Física (PEF) identificado assim ao longo do texto. Pois o contato

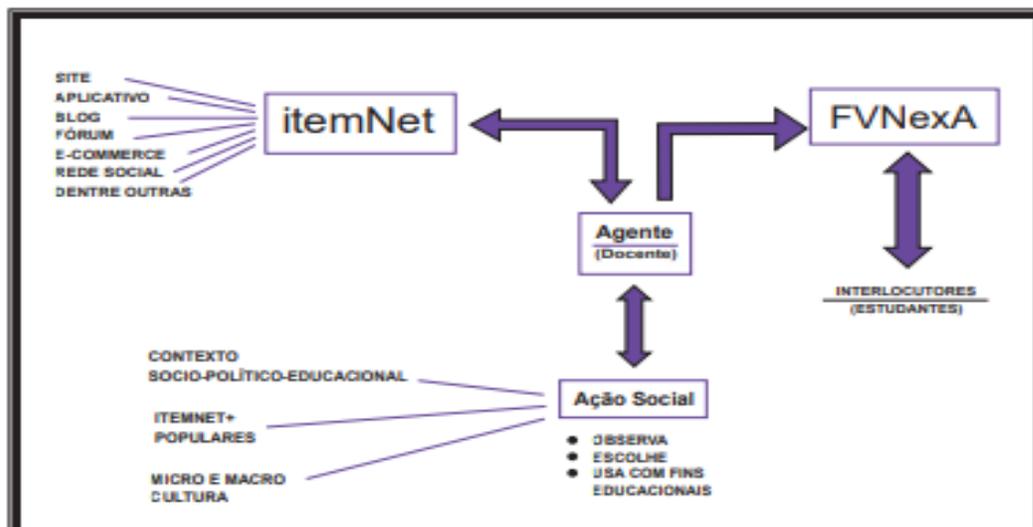
físico com o aluno no seu ambiente de trabalho/ensino, configurou-se impedido, mesmo que temporariamente, por motivos de saúde sanitária, tornando-se um desafio o exercício de sua profissão (MIGUEL, 2020), neste novo cenário imposto aos PEF pela pandemia de COVID-19 restou aos mesmos a autoadaptação, visando a continuar a sua prática de trabalho/ensino com o seu alunado.

O modo de elaboração, prescrição, monitoramento e ensino do PEF para com seu cliente/aluno não ocorre de forma presencial, o que demandou desse agente a buscar ItemNet capazes de suprir a necessidade de aparato que a sua demanda de atuação exige. Mas o que são os ItemNet? Qual a sua definição? Matos (2020, p.10) ele apresenta algumas respostas:

ValeressaltarqueapropostadoconceitodeItemNet(...)conjuntocompostode: aplicativo, site, fórum, blog, rede social e tudo mais que possa servir dematéria prima para uma ferramenta virtual, definimos como ItemNet (para singular ou plural): o(s) ItemNet. Nesta visão mais ampla, não há algum queseja menos ou mais produtivo. Todos são suscetíveis a serem utilizadoscomo ferramentas virtuais eficientes. Assim sendo, o conceito de ItemNetreforça o reconhecimento de que qualquer exemplo deste conjunto é umapotencialferramenta.Poiséumacompreensãoodasfuncionalidadeseobjetivosdesses itens virtuais.

Como exposto por Matos (2021), nenhuma ferramenta estará pronta para ser utilizada de forma didática/ensino se não houver a interferência de um agente. A partir da interferência do PEF poderemos identificar a gênese da ferramenta virtual não exclusiva a aprendizagem (FVNexA) como exposto no quadro a seguir:

Figura 1 – A transformação do ItemNet em FVNexA



Fonte: Matos (2020, p. 30).

Como apresentado Levino, Solera e Araújo (2022, p.46) as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, ora identificadas como TDIC, são apontadas como uma estratégia de atuação dos PEF, só que diante desta “nova janela” de oportunidades que se abre. Os autores trasa seguinte conclusão:

[...] pois a sua utilização, implica no exercício de várias funções a serem desempenhados pelo PEF, que vão além da sua formação, tais como: a identificação do público alvo, a captação de clientes, a venda do seu serviço, a execução da prestação do serviço dirigida ao cliente que foi captado, a retenção e fidelização desse cliente e a fixação da imagem da empresa (PEF) para manter-se no mercado competitivo da atividade física. Diante do exposto, fica evidenciado que a discussão sobre a utilização das TDIC não é recente na academia, no contexto da discussão acadêmica, para além da abordagem do uso e de como ele se dá, está sendo discutida a relevância da representatividade da sua utilização por parte dos PEF.

Diante do exposto a pandemia oportunizou aos PEF a oportunidade de ressignificação da sua atuação tendo como aporte para tal a FVNexA. Tal posição permite ao PEF a autonomia no processo da elaboração, prescrição, orientação, demonstração e aplicação das suas estratégias de atuação, que passam não só pela adaptação á necessidade da continuidade

da prática da atividade física assistida mas demonstram a instrumentalização da atuação dos mesmo.

2. OBJETIVOS

Como objetivo geral:

- Objetiva-se verificar se foi realizada a prática da atuação profissional do PEF no período de pandemia a partir do uso das FVNexA.

E como objetivos específicos:

- Contextualizar a atuação profissional do bacharelado em Educação Física no período pandêmico do Brasil.

- Identificar e apresentar as modalidades de uso ferramentas virtuais não exclusivas á aprendizagem (FVNexA) escolhidas pelos PEF.

3. METODOLOGIA

Adotamos a técnica de pesquisa e análise de conteúdo, proposto por Bardin (2011) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Escolhemos o ItemNet Instagram pelo expressivo número de usuários que o faz estar em primeiro lugar quando comparado aos outros ItemNet de interação social.

Os participantes deste estudo são os profissionais bacharelados em Educação Física que atuam no Instagram, de forma profissional. Na direção da elaboração de um banco de dados para análise, utilizamos como critérios de inclusão: a) postagem realizada no dia 01/09/2021, b) perfil do Instagram aberto ao público, c) perfil do Instagram voltado para atuação do PEF, perfil do Instagram com Imagens, vídeos ou reels produzidos pelos PEF com rotinas de treino que contenha orientação de como reproduzi-lo. Definidos os critérios de inclusão incorporamos como critério de exclusão a) os perfis comerciais ou empresariais.

As publicações foram analisadas em seus requisitos formais (vídeos, reels, imagem) e conteúdo produzido (atuação, modalidade, execução ou orientação). Foram consideradas as descrições e o taguemento (Uso dos hashtags #) nas postagens. As publicações foram

compreendidas como dados passíveis de interpretação, sendo estas os registros da realidade por parte dos emissores, que se comunicam por meio de suas postagens. Deste modo, também se configurasse como discursos.

Análise de dados esta respaldada na base proposta por Minayo (2007). Sendo o mesmo submetido a três etapas: pré-análise, exploração do material ou codificação e após esta etapa o tratamento dos dados obtidos assim bem como a sua interpretação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 547 perfis que compõem o banco de dados e que foram rastreados/identificados/visitados 148 utilizaram a FVNexA Instagram para atuar profissionalmente. Foram observados os formatos da apresentação de conteúdo criados e elaborados pelos PEF na FVNexA Instagram constatamos que as atividades em formato de vídeo figuram como o mais usado pelos mesmos, outro ponto interessante que observamos, foi os reels (vídeos de curta duração) estarem em segundo lugar, o que evidencia uma tendência de mercado por consumo de informação rápida pelo cliente/aluno.

Destacamos que quando monitorada a modalidade das atividades desenvolvidas pelos PEF na FVNexA Instagram identificamos a musculação figurar em primeiro lugar, outras atividades também foram observadas, tais como o treino funcional, treino de mobilidade e CrossFit estando a recreação infantil no último lugar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação da utilização da FVNexA Instagram como pelos PEF solidifica a ação voltada para a ressignificação da sua atuação diante da emergencialidade pandêmica. A prerrogativa deste que é o responsável pela perpetuação da sua atuação só é possível pois o PEF foi levado a abandonar o papel de coadjuvante no que diz respeito a didactologia da sua atuação profissional atuando no protagonismo da mesma.

Diante da emergencialidade pandêmica o PEF viu-se obrigado a exercer inúmeras funções que antes não estavam ligadas à sua prática profissional. Citamos como exemplo a gravação, edição, produção digital para postagem. Como ações na obtenção e manutenção da

sua rede aluno/cliente tento a FVNexA Instagram como aporte didático e instrumental para sua atuação.

REFERÊNCIAS

AQUINO, E.M.L.; SILVEIRA, I.H.; RESCARINI, J.M.; AQUINO, R. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Rev. Ciências da Saúde Coletiva**, v.25, n.1.1, p.2423-2446, 2020.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE – Histórico da pandemia de COVID-19. **Organização Pan-Americana da Saúde**, 2020. Disponível em: <[Histórico da pandemia de COVID-19 - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde \(paho.org\)](https://paho.org)> Acessado em: 05 de maio de 2022.

LEVINO, Raul de Medeiros; SOLERA, Bruna; ARAÚJO; Debora S. Profissional de Educação Física em Tempos de Pandemia: reflexões sobre o uso da FVNexA *Instagram*. In: MATOS, Denilson P. de (Org). **TDIC, ItemNet e FVNexA: uma sopa de letrinhas de/ para todos**. 1. Ed. Curitiba: CRV, 2022. P. 41 – 60. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/36785-tdic-itemnet-e-fvnexa-bruma-sopa-de-letrinhas-de-para-todos> . Acessado em: 10 de maio de 2022

MATOS, Denilson P. de. **FVNexA: ferramentas virtuais não exclusivas à aprendizagem em tempos de COVID-19** – João Pessoa: Editora UFPB, 2020. Disponível em: [FVNexA - FERRAMENTAS VIRTUAIS NÃO EXCLUSIVAS À APRENDIZAGEM em tempos de COVID19 | Editora UFPB](https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/36785-tdic-itemnet-e-fvnexa-bruma-sopa-de-letrinhas-de-para-todos) . Acessado em 10 de dezembro de 2020.

MIGUEL, Henrique. Impactos da Covid-19 sobre o Personal Trainer. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v.3, 2020.

SOUZA FILHO, Breno Augusto Bormann de; TRITANY, Érika Fernandes. COVID-19: importância das novas tecnologias para a prática de atividades físicas como estratégia de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, p.e00054420, 2020.

WHO. World Health Organization. **Stay physically active during self-quarantine**. 2020. Disponível em: <[WHO/Europe | Page not found](https://www.who.int/europe)> . Acesso em: 06 de março de 2021.

CELERIDADE PRECESSUAL E OS ENTRAVES DO JUDICIÁRIO DADO À SUA FORMA DE GESTÃO: UM ENFOQUE NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Rocha Nóbrega¹
Josyane Mansano²

RESUMO

O presente artigo aborda a celeridade processual em processos administrativos e judiciais, no âmbito previdenciário, dados os instrumentos utilizados, o que aliado a novas tecnologias e sistemas informatizados, deveriam transformar os processos eletrônicos, mas que infelizmente não vem ocorrendo. Espera-se conseguir contribuir para a formação dos acadêmicos em direito diante deste cenário.

PALAVRAS-CHAVES: Celeridade Processual. Gestão. Processo previdenciário. INSS. Conciliação.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a partir da análise da Constituição Federal de 1988, os direitos e garantias individuais foram assegurados de forma que na elaboração desta, o legislador trouxe vários instrumentos para atender e dar eficácia garantindo que todos os cidadãos não sofressem violações de seus direitos.

Nesse ínterim, com as mudanças experimentadas pela sociedade contemporânea houve a necessidade de criar legislações que contemplassem essas transformações, à medida que as demandas judiciais aumentavam, foi preciso uma compreensão de como dar agilidade e eficácia aos processos de forma que não ficassem parados no judiciário.

¹Graduando em Direito na UniCV.

² Doutora e Mestre em Direito pela Universidade de Marília-UNIMAR. Pós-graduada em Direito Civil e Processual Civil e em Tecnologias Avançadas para o Ensino Superior. Coordenadora dos cursos de Pós-Graduação em Direito *stricto sensu* presencial e EAD na UniCV. Docente na graduação e pós-graduação. Advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil seccional do Paraná. Endereço eletrônico: prof_mansano@unicv.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1019-8159>. Link para currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4813404974125082>.

A partir desse contexto, observou-se que a justiça era morosa e necessitava de mecanismos para atender essa dificuldade apresentada pelo sistema judiciário, até que a criação da Emenda Constitucional n.45/2004, trouxe inovações nesse sentido, inclusive a criação do Conselho Nacional de Justiça.

Este órgão tem o objetivo de garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos, facilitar o acesso à justiça, estimular valores éticos, por meio de atuação institucional efetiva, bem como, aprimorar a comunicação com os públicos externo, dentre outros.

É necessário salientar que a criação desses instrumentos junto com o sistema de processos eletrônico foi uma forma de dar agilidade aos processos, contudo o grande número de pessoas que litigam afasta a tão mencionada celeridade processual.

Com o CPC/2015, ganhou destaque os institutos da Conciliação e Mediação que buscam a solução consensual de conflitos por intermédio de um terceiro estranho ao conflito.

Outrossim, os benefícios concedidos através da legislação para as pessoas que precisam ter um acesso mais rápido a justiça, também ganhou destaque com a tramitação especial de processos.

Nesse contexto necessário se faz uma análise acerca do procedimento administrativo previdenciário, o qual deve ser precedido ante da entrada do processo judicial. Esta obrigação em termos de aposentadoria na modalidade especial com averbação de período rural pode levar anos e até décadas, eis que a fase administrativa nas mais raras vezes finaliza este procedimento com a justificação administrativa da prova testemunhal para colheita dos indícios rurícolas do segurado.

Tratando-se de um grupo que faz jus a prioridade de que trata a tramitação especial, encontram-se muitas vezes idosos com idade igual ou maior que 60 (sessenta) anos, que estão pleiteando o benefício e precisam aguardar por anos até o deslindo da demanda, isso porque toda prova que se diz indispensável perante a Autarquia previdenciária, diversos formulários para comprovação da atividade rural, preenchidas pelo segurado, muitas vezes não são averiguados, a ponto de trazer a partir desses formulários indícios de que o grupo familiar de fato laborou junto ao segurado, e para tanto os membros desse grupo, inclusive o que pleiteia o reconhecimento dadas as provas documentais, faz jus ao pleito

O que se tem perante a Justiça Federal e Competência Delegada, nos casos previdenciários de pedido de aposentadoria especial, demonstram que nesse ponto o judiciário não consegue implantar uma frondosa gestão.

É necessário frisar dentre muitas inovações do Código de Processo Civil de 2015, elencadas nos tópicos anteriores a morosidade da justiça, mesmo quando legislador pensou formas de dar celeridade processual e garantir o acesso à justiça para as partes que figuram no processo.

Refletindo sobre os itens expostos em síntese o judiciário brasileiro enfrenta inúmeros obstáculos no que tange uma maior celeridade nos processos, mesmo com a edição da EC n.45/2004 que objetivou a busca pela razoável duração do processo que alterou os dispositivos do artigo 5º, CF/1988 no qual aumentou os direitos fundamentais e evidenciou o inciso LXXVIII que dispõe sobre celeridade: “ A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados à duração razoável do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (BRASIL, 1988).”

Bem como, já era prevista no Pacto de San Jose da Costa Rica, no qual figura como signatário o Brasil, art. 8º, 1, 25, 1:

“Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido, anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer natureza (...) Toda pessoa tem direito a recurso simples e rápido ou qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra os atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação estejam atuando no exercício de suas funções oficiais”. (COONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1969).

No ano de 2004, criou-se o primeiro Pacto Republicano, como forma de dar celeridade aos processos, assinados pelo Chefe dos três poderes, após alguns anos precisamente em 2009, foi assinado o II Pacto Republicano de Estado, para garantir um sistema judicial com acessibilidade, ágil e efetivo. (BRASIL, 2009).

Contundo definir a expressão “duração razoável”, não significa demonstrar uma duração limitada, um prazo certo ou determinado, ou até mesmo do magistrado respeitar o prazo imposto pelo legislador no que diz respeito à duração do processo, mas de surgir o

dever no qual o magistrado observando o direito das partes alcance a celeridade processual. (JORNAL JURID, 2018).

A Emenda Constitucional n. 45/2004 foi essencial para redimensionar a gestão da administração judiciária, principalmente com a criação do Conselho Nacional de Justiça, como também introduziu novos instrumentos jurídicos processuais com a finalidade de dar eficiência, racionalidade e aperfeiçoamento no tramite dos processos judiciais.

Sobretudo, o Código de Processo Civil de 2015 foi pensado com a premissa de simplificar os procedimentos, dar celeridade, e acesso a uma ordem jurídica justa, trazendo eficiência no julgamento conjunto de demandas massificadas quando novos institutos demonstram um privilégio à uniformização da tese jurídica e o resultado final do conflito em detrimento do acesso dos processos repetitivos aos tribunais. (BORGES, DELGADO, STEMLER, 2017).

Assim que se forma um precedente com fundamento do artigo 927 do CPC, tem força vinculante, o juiz ao receber novo processo com questão de direito idêntica já decidida pode, inferir liminarmente o pedido, logo que constatado que destoe da tese firmada pelos tribunais ou conceder a tutela de evidência quando for pleito de reafirmação da tese do precedente.

Nesse contexto, é imprescindível estabelecer uma técnica processual distinta para tutelares processos isomórficos, estabelecendo equilíbrio no julgamento de litígios que envolvem direitos individuais homogêneos de milhares ou milhões de pessoas, porém não se podem afastar os direitos fundamentais processuais. (MENDES, TEMER, 2015).

Com o pedido de instauração do incidente e o ponto controvertido do direito fixado e dirigido ao Presidente do Tribunal, pelo juiz ou relator por ofício, as partes por petição, Ministério Público ou Defensoria Pública por petição, será determinado à suspensão regional ou nacional de todos os processos individuais e coletivos que versem sobre a mesma questão de objeto do incidente. (LEI n. 13.105/2015).

Além disso, o prazo para julgamento do incidente é fundamentado no art. 5º, inciso LXXVIII da CF/1988, bem como art. 4º do Código de Processo Civil, em virtude da celeridade processual.

Logo depois, a decisão proferida no incidente de resolução de demandas repetitivas formará o precedente, para aplicação da tese dos processos em trâmite e futuros, sendo

exaustivamente fundamentada, atingindo padrão decisório que tenha esgotado os argumentos capazes de influenciar na sua formação. (MENDES, TEMER, 2015).

Em suma, embora o legislador tenha pensado em várias ferramentas processuais para dar agilidade ao processo, as tecnologias dos sistemas informatizados que transformou os processos físicos em eletrônicos a celeridade está longe de ser realidade, mesmo com todas as alterações de dispositivos e a reforma do Código de Processo Civil.

2. OBJETIVOS

Como objetivo geral pretende-se fazer uma análise acerca da celeridade processual nos processos em obediência aos pressupostos elencados na Constituição Federal visando garantir a duração razoável do processo.

Análise das inovações introduzidas pela lei processual civil desde 2015 com intuito de agilizar e otimizar as demandas judiciais sob o aspecto do crescimento populacional e o aumento de processos novos e processos pendentes no Poder Judiciário.

Abordagem sobre a vantagem de ter um sistema informatizado que aperfeiçoe o tempo dos servidores e magistrados, no qual os processos deixaram de ser físicos e se tornaram eletrônicos.

Por fim, destacar a importância da solução consensual de conflitos, inovados pelo CPC/2015, com os institutos de Conciliação e Mediação, no qual um terceiro intervém, visando definir um acordo e solucionar o conflito entre as partes.

3. METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa com método exploratório, comparativo, levantamento bibliográfico e com delineamento a partir da verificação da legislação por analogia. Formulada uma construção lastreada em premissas que trazem defesa aos princípios constitucionais e processuais para um tratamento equânime das partes e do tempo do processo, para o fim de buscar equilíbrio à ordem econômica e jurídica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do artigo encontram-se em desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontou-se com a pesquisa que ao longo dos últimos cinco anos de vigência da lei processual civil é que não há uma duração razoável de processos principalmente os que tramitam perante a autarquia previdenciária, precisando na mais comum das vezes da interposição de mandado de segurança contra esta Autarquia para que a mesma cumpra os prazos e de uma resposta satisfatória ao segurado.

Já no processo judicial previdenciário, as inovações propostas pela Lei processual a exemplo da conciliação e mediação de conflitos, verifica que não é usual, eis que nesses processos e principalmente nos que visam o reconhecimento de período trabalhado em regime de economia familiar para reconhecimento de tempo especial rural, os documentos e formulários preenchidos pelo segurado com dados suficientes para que a autarquia possa averiguar a atividade campesina do mesmo, e juntado ao processo judicial, sob a ótica da mesma não são suficientes e na maioria das vezes condiciona o processo à fase de instrução probatória.

O que diante da cognição sumária, faz com que delongue de quatro a dez anos um processo dessa natureza.

Conclui-se que mesmo com todos os mecanismos impostos pelo legislador através do ordenamento jurídico, leis esparsas e reformas processuais, a celeridade processual pode demorar em atingir o objetivo que todos aguardam no âmbito da justiça.

REFERÊNCIAS

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em:
<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>
Acesso em 04/02/2022.

CNJ. Relatório anual de Processos baixados e pendentes no sistema judicial. Disponível em:
<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/44b7368ec6f888b383f6c3de40c32167.pdf>. Acesso em 03/02/2012.

MENDES. Aluísio Gonçalves de Castro. **O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do Novo Código de Processo Civil**. Disponível em:

http://www.academia.edu/15300046/O_incidente_de_resolu%C3%A7%C3%A3o_de_demandas_repetitivas_do_novo_C%C3%B3digo_de_Processo_Civil. Acesso em: 25/02/2019.

MOLLICA. Rogério. **Tese de Doutorado**. Disponível em:

www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde.../Tese_Final_Rogério_Mollica.pdf. Acesso em: 03.02. 2022.

NUPEMEC. **Núcleo Permanente de Métodos consensuais de solução de Conflitos**.

Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/nupemec>. Acesso em 03/02/2022.

TEMER. Sofia. **O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do Novo Código de Processo Civil**. Disponível em:

http://www.academia.edu/15300046/O_incidente_de_resolu%C3%A7%C3%A3o_de_demandas_repetitivas_do_novo_C%C3%B3digo_de_Processo_Civil. Acesso em 25/02/2022.

THEODORO JÚNIOR. Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Editora Forense.

Edição 56. p. 133, 2015. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-curso-de-direito-processual-civil-vol-01-humberto-theodoro-jr-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>.

Acesso em: 25/02/2022.

O EXERCÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO DEDUTIVA A PARTIR DAS NORMAS JURÍDICAS

Gabriela Géa Mariusso¹

Orientador: Diogo Valério Félix

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo abordar o exercício da criação das normas e, como resultado, a formação do ordenamento jurídico no direito consuetudinário e no direito romano-germânico, quais os fatos divergentes e semelhantes. Analisar-se-á, ainda, como as leis são aplicadas em ambos os sistemas e como a argumentação é fundamental para que um fato se enquadre em uma norma jurídica. Para essa análise ocorrer de forma clara e lógica, é preciso compreender o sistema em que a norma é criada e, posteriormente, exercida, quem a cria, se sua criação é feita de forma racional, sem distinção de classe, gênero, cor e etnia, a quem ela se destina e, quando destinada, se é aplicada de forma igualitária, seguindo a estrutura da norma fundamental.

PALAVRAS-CHAVES: Norma Jurídica. Direito Consuetudinário. Argumentação. Legitimidade. Norma Fundamental.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca identificar a lógica que produz a norma jurídica, de qual(ais) parâmetro(s) ela se apodera para ser criada e quem a cria, qual a lógica estruturante do direito contemporâneo, aborda, também, a formação do direito a partir da argumentação jurídica partindo da lógica dedutiva.

O trabalho analisa a lógica em si, os caminhos percorridos para a criação normativa jurídica, qual lógica utilizada para criar uma norma jurídica e as características normativas decorrentes dessa investigação, o impacto direto na vida em sociedade.

Realizar-se-á uma explanação sobre o direito positivo e a estrutura do sistema. Esse estudo visa a base criadora do Estado, como as leis se manifestam, analisa a norma fundamental, revestida pela forma, e compreende o que ela seria, o seu papel, influência, estrutura e perspectiva. Busca identificar se a norma fundamental inclui as minorias na sua criação e, inclusive, na sua aplicação, se ela abarca as mulheres, negros e a comunidade LGBTQIA+, ou se ela funda o Estado para ser governado e comanda por homens, héteros e

brancos. Logo, o trabalho envolve a legitimidade da norma fundadora das demais normas, cada etapa estruturante e a argumentação que a norteia juridicamente, a inclusão de todos os cidadãos e, principalmente, a sua efetiva aplicabilidade, já que há limites formais impostos e que devem ser seguidos como produto de um fundamento sólido para existir, até porque, é através da norma que a população possui segurança da positividade e efetividade dos seus direitos. Ainda que haja delimitações sobre o início das leis, é necessário pesquisar afundo as relações jurídicas e entender como, mediante reivindicações, manifestações e indignações, em pleno século XXI, sem limitação, se o arbítrio se manifestaria. Logo, busca compreender, se a delimitação é um impasse para o autoritarismo ou, se práticas abusivas ocorrem de forma latente.

As decisões jurídicas, são fundadas pela norma fundamental a partir de uma lógica exclusiva. Se atualmente o magistrado julga os casos a partir de suas convicções e não com o parâmetro normativo, conseqüentemente, é de se pensar, como as sentenças jurídicas que aplicam normas válidas já existentes são decisões justificadas, qual norma essas decisões seguem, qual lógica a norma segue e por quem é delimitada a lógica fundadora.

Apointa-se as seguintes indagações do problema da pesquisa: Qual o fundamento que constrói a norma fundamental? - A norma fundamental é realmente revestida apenas pela forma? Em sua substância há valores pré-determinados? Em caso afirmativo, por quem? Pressupondo que a criação das normas envolva valores, elas servem a qual estereótipo? Qual o vínculo da norma jurídica, considerada fonte do direito, com a justificação por dedução? A justificação por dedução é valorada? Em caso afirmativo, por quem? A lógica fundante engloba todas as raças, crenças, etnias e gêneros?

O presente trabalho abordará a criação das normas e, como resultado, a formação do ordenamento jurídico e as conseqüências de sua aplicação, qual a lógica estruturante da norma fundamental. Analisará, ainda, as lacunas do direito que a lógica dedutiva não supre, como o direito vai deduzir a valoração que não está prevista em lei, quais os valores impostos em atos/fatos não previstos legislativamente, como as leis são aplicadas no sistema.

Diante disso, a pesquisa se justifica em esboçar o surgimento de validade das normas e da justificação que dela decorre, demonstrando a ilegitimidade de certas decisões e atitudes de quem exerce o poder, uma vez que as reflexões jurídicas atuais não podem mais se basear na lei como sinônimo de argumento, pois a norma não é o início, mas o resultado de fatos.

MacCormick não esmiúça com precisão os detalhes da investigação da fundamentação da argumentação e do fundamento de validade das normas, respectivamente, visto que, partindo do ponto de vista do escocês, o que se analisa é apenas a parte formal da norma, mas nada se questiona a respeito da sua fundação, da lógica que norteia a criação jurídica.

Seguindo os seus passos, o ordenamento jurídico seria sempre o mesmo, logo, se a lógica das normas jurídicas tivesse como norte a matriz neoliberal de moralidade judaico-cristã, as suas práticas e arbitrariedades seriam perpetuadas, e para os casos não previstos em lei, utilizaria a argumentação dedutiva.

O questionamento é, se a argumentação dedutiva consegue valorar os casos não previstos legalmente, ou seja, aqueles casos em que a lei se demonstra omissa. Assim, a pesquisa visa procurar e justificar os elementos legítimos e válidos que norteiam o desenvolvimento da estrutura lógica que funda o direito, se ele é universal e se é aplicado em todos os casos.

2. OBJETIVOS

A pesquisa possui como objetivo analisar o entendimento, a estrutura e a lógica que funda a norma fundamental, qual a valoração aplicada na justificação dedutiva e a relação desses dois objetivos como conclusão definidora de conduta e legitimidade para as relações sociais.

Para a execução de tal objetivo, o jurista escocês MacCormick e o jurista austríaco Kelsen são a referência teórica, o direito consuetudinário e o direito positivo são importantes para a compreensão aprofundada do assunto em questão. Além da pauta sobre a lógica da norma e se a justificação por dedução é uma teoria ímpar, o escopo do presente artigo é a lógica estruturante, válida e aplicável das normas em um sistema jurídico legítimo.

3. METODOLOGIA

A pesquisa utilizará o método dedutivo. A respeito dos procedimentos teóricos a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica.

O estudo desenvolver-se-á com a aplicação de um plano de trabalho que, inicialmente, abordará dos capítulos I ao IV do livro *Argumentação Jurídica e Teoria do Direito* de Donald Neil McCormick, bem como a contribuição das partes I, V e VIII do livro *A Teoria Pura do Direito* do jurista austríaco Hans Kelsen. Os textos serão abordados com o intuito de explicitar a fundamentação da norma jurídica e os argumentos que dela decorrem em um sistema de direito.

Assim, primeiramente, essa pesquisa se atentará em desvendar a lógica da criação das normas jurídicas, estabelecendo as suas disposições e finalidades, entendendo como elas são fundadas a partir da norma fundamental e como essa mesma lógica também norteia as relações sociais. Em um segundo momento a discussão se entornará sobre a argumentação jurídica por dedução, questionando se essa teoria é única, bem como, os limites da lógica dedutiva e qual o valor atribuído a ela. Por fim, o projeto visa esclarecer como a lógica fundadora é responsável pelos atos/fatos do mundo sensível.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se entender da presente pesquisa se o sistema jurídico partir do pressuposto de que as normas são fundadas com o viés neoliberal de moralidade judaico-cristã, todas as normas decorrentes seguirão o mesmo padrão, tornando-se um ciclo vicioso, em que a autoridade que exerce o poder é sempre a mesma, mas se manifesta em situações diferentes, logo, os “direitos” conquistados são uma falsa percepção da realidade.

Assim, compreende-se que a lógica fundante se repetirá sempre na criação de qualquer norma, pois ela é a fundadora da norma fundamental, a que estrutura o ordenamento jurídico e dela decorre todas as outras normas.

Importante entender que, se determinadas decisões jurídicas e, inclusive, as relações em sociedade não vão bem, é preciso alterar a lógica estruturante do direito, mudar a lógica da norma fundamental, pois a norma garante a igualdade em sua aplicação, contudo, não considera o fato de que as pessoas são diferentes, em suas formas de pensar, agir e de se comportar. Se a lógica que comanda as relações e também funda a normas jurídicas não for alterada, não será possível mudar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busca-se compreender as normas jurídicas e como elas delimitam as relações cotidianas, interferindo em um bom convívio social, isenta de raízes preconceituosas e padronizadas, para que não sigam e reproduzam o padrão europeu capitalista de vida de modo impensado e irrefletido. Visando tornar a sociedade mais fluida, livre e espontânea, não deixando margens para o autoritarismo, não servindo a uma parcela da população, não proporcionando a autoridade, a inconformidade e inaplicabilidade da lei.

O que muito se vê no Brasil contemporâneo é o autoritarismo, a padronização dos corpos, dos pensamentos, das decisões e do modo de vida, oportunidade em que as irregularidades jurídicas são frequentes e a norma jurídica contribui para a imposição/sanção impensada, repetitiva e inquestionada, uma prática nociva que serve de alerta para descobrir a lógica que funda as normas jurídicas, para que a legitimidade seja efetiva e que todas as pessoas sejam representadas, não pregando a arbitrariedade, tampouco solicitando medidas extremas.

REFERÊNCIAS

MACCORMICK, Donald Neil. **Argumentação Jurídica e Teoria do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRANADO, Emerson R. A. e SOUZA Maria Claudia da Silva Antunes de. **A (im) possibilidade da teoria da argumentação jurídica como instrumento de articulação das razões justificadoras da decisão judicial**. Revista Argumentum – RA, eISSN 2359-6889, Marília/SP, V. 18, N. 3, pp. 799-815, Set.-Dez. 2017.

TOLEDO, Cláudia. **Teoria da Argumentação Jurídica**. In: Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 47-65, jan./jun. 2005. Disponível em <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/116/97>.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANZÉ, Luís Henrique Barbante; PORTO, Giovane Moraes. **Elementos da Teoria do Precedente Judicial**. Revista Em Tempo, [S.l.], v. 15, p. 55-71, dec. 2016. ISSN 1984-7858. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/1638>>. Acesso em: 30 june 2021. doi: <https://doi.org/10.26729/et.v15i0.1638>.

ESTUDO DA NFT E AS MEDIDAS PARA SUA EFETIVA TRIBUTAÇÃO

Rodrigo Barreto Pereira¹
Josyane Mansano²

RESUMO

O presente artigo aborda os NFTs e o sistema BLOCKCHAIN, voltados para o âmbito tributário. A análise visa meios para tornar mais eficiente o controle destes novos ativos digitais, bem como análise de seu funcionamento e o sistema aplicado em novas formas de registros digitais, como o METAVERSO, tanto para uso geral como nos meios jurídicos, observando suas vantagens e desvantagens. Espera-se conseguir contribuir para a formação dos acadêmicos em direito diante deste cenário.

PALAVRAS-CHAVES: NFT. Tributação. Registros digitais. Consumidor. BLOCKCHAIN.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda os NFTs e o sistema BLOCKCHAIN, voltados para o âmbito tributário e consumerista, analisando sua forma tributação atual e meios para tornar mais eficiente o controle destes novos ativos digitais.

Perpassa ainda a pesquisa na abordagem, de como funciona este sistema aplicado em novas formas de registros digitais, e qual será seu papel em um futuro mais digitalizado, como o METAVERSO, tanto para uso geral como nos meios jurídicos, observando suas vantagens e desvantagens.

Dito isso de bom alvitre ressaltar que apesar das inúmeras aplicações benéficas, há também uma serie de desvantagens, já que este novos espaços tendem a se tornar uma terra sem lei em vista da facilidade de acesso, falta de fiscalização, anonimato dos usuários e principalmente a falta de legislação mais especifica para tal espaço, o que torna esse terreno perfeito para diversas praticas ilícitas em especial os crimes fiscais.

¹Graduando em Direito na UniCV.

² Doutora e Mestre em Direito pela Universidade de Marília-UNIMAR. Pós-graduada em Direito Civil e Processual Civil e em Tecnologias Avançadas para o Ensino Superior. Docente na graduação e pós-graduação. Advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil seccional do Paraná. Endereço eletrônico: prof_mansano@unicv.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1019-8159>. Link para currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4813404974125082>.

Assim com nossa legislação atual pode se manter um certo controle, mais tal solução é somente a curto prazo, sendo cada vez a maior necessidade de uma reforma tributária a fim de adaptar nosso sistema, a não somente esta tecnologia, mais as que futuramente virão dentro do meio digital.

Para tal entendimento, a pesquisa tem vale-se de grande número de fontes digitais, juntamente com os olhares de grandes empresas de tecnologia, além de um certo grupo de obras escritas, principalmente as voltadas ao entendimento de futuro digital, chegando a conclusão que a tecnologia BLOCKCHAIN, NFTs entre outros ativos digitais terão um papel fundamental dentro do meio digital com seu uso não somente mais frequente como também a substituição de meios mais físicos de registros, que apesar de possuir inúmeras desvantagens, como ambientais, legislativas, sociais, fiscais, etc, todas podem ser superadas com os meios que já se possui, sendo que com a superação de tais obstáculos pode-se criar as bases para um futuro digital.

Trata-se de pesquisa com método exploratório, comparativo, levantamento bibliográfico e com delineamento a partir da verificação da legislação por analogia. Formulada uma construção lastreada em premissas que trazem defesa aos princípios que regem o contrato e mantem a justiça nas transações deste mercado, buscando para tanto trazer equilíbrio à ordem econômica e jurídica.

O NFT significa em inglês token não fundível, o qual que descreve de forma clara como ativo registrado em um sistema blockchain em nome de seu legítimo proprietário e comprador.

Ele é aplicados hoje principalmente em negociações de obras e objetos digitais, a tecnologia tem seu início estipulado em 2012 mas só teve grande destaque em mídias sociais recentemente com a divulgação de grandes de leilões dos referidos “MEMES”, onde ocorre a busca e desenvolvimento constante de novas tecnologias digitais.

Tais tecnologias possuem uma gama gigantesca de possibilidades futura.

Neste trabalho entretanto, a abordagem terá foco para as aplicações no meio econômico e digital, mais em como se realiza o controle de tais novos bens no âmbito tributário, sua efetividadee reformas a serem realizadas, .

E no meio jurídico como se dá sua forma de tributação e medidas tomadas pelo fisco para sua regularização, quais são os efeitos negativos e positivos de tal nova prática e, por fim, sua aplicação no direito atual e no futuro.

Sendo os NFTs, certificados digitais de um objeto físico ou digital como por exemplo músicas, vídeos, imagens, terrenos digitais e objetos físicos como bens móveis e imóveis, tais objetos ganham um caráter de bens infungíveis, algo único que não pode ser substitutivo ou trocado.

Dito isso, surge a seguinte indagação: como objetos podem ser considerados insubstituíveis e únicos em uma época que praticamente tudo no meio digital pode ser copiado e colado, aí entramos na principal característica de um NFT e seu registro e este certificado se encontra em uma BLOCKCHAIN que é um livro razão e base de dados compartilhada, descentralizada e imutável, quando ocorre uma compra ou venda de um item digital.

2. OBJETIVOS

Como objetivo geral pretende-se fazer uma análise do registro digital, para análise de benefícios no meio jurídico como:

O fato de NFTs estarem diretamente relacionados ao sistema BLOCKCHAIN;

Uso desse sistema para registro que pode ser adaptado, não somente para registro de outros ativos digitais como também para bens moveis e imóveis no mundo real;

Se tratar de uma troca de informação com versatilidade e segurança, a principal razão para tamanha eficiência seu sistema, que é compartilhado e descentralizado.

E por fim demonstrar a segurança digital que há com a criptografia e suas diversas etapas de validação.

3. METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa com método exploratório, comparativo, levantamento bibliográfico e com delineamento a partir da verificação da legislação por analogia. Formulada uma construção lastreada em premissas que trazem defesa aos princípios que

regem o contrato e mantem a justiça nas transações deste mercado, buscando para tanto trazer equilíbrio à ordem econômica e jurídica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do artigo encontram-se em desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o entendimento sobre o que são NFTs, espera-se a contribuição e entendimento de suas aplicações atuais e futuras no sistema de registro nas BLOCKCHAIN, com uma infinidade de aplicações nas áreas, jurídicas, financeiras, administrativas, digitais entre outros. Almeja-se verificar ainda sua aplicação em registros de ativos digitais como imagens, músicas, vídeos e até terrenos virtuais, situação que tende a aumentar com o desenvolvimento de realidades digital, mais imersivas e complexas, assim com maior conexão entre o mundo virtual e real, tau tecnologia poderá ser aplicada a não somente outros bens digitais com também aos físicos como imóveis, carros, terrenos, bens de valor.

A perspectiva acadêmica na área jurídica com a pesquisa é a unificação de diversos tributos de competência federal, estadual e municipal em somente um único que será rateado entre os entes, não somente isso como novas ideias de medidas estão sendo apresentadas a fim de evitar que o mercado digital se torne um local de livre tributação. Soma-se a isso os esforço governamental como o caso da Receita Federal brasileira, para facilitar o processo de declaração de NFTs e outros ativos digitais demonstrando que apesar de faltar muito para uma completa adaptação do ordenamento a fim suprir as lacunas dentro deste meio digital e facilitar o processo de tributação.

REFERÊNCIAS

BERTOZZI. Rodrigo. **Bots: o que são e quais os benefícios**. Disponível em: <https://www.semantix.com.br/blog/bots-juridicos-o-que-sao-e-quais-os-beneficios>. Acesso em: 21/06/2019.

BERTOZZI. R. **Bots: o que são e quais os benefícios**, apud DINIZ, Maria Helena. Teoria das Obrigações contratuais e Extracontratuais. 24^a ed. Editora Saraiva, 2008. São Paulo. SP. DINIZ, Eduardo Henrique. **O blockchain veio para ficar**. GV EXECUTIVO , v. 17, n. 3, pág. 51-51, 2018.

EMERY, Renata; PUGLIESE, Camilla; ALVES, Vinicius Jucá. **Reforma tributária: entenda as propostas no Congresso e o que muda na sua vida**, JOTA, 29 de nov de 2021. Disponível em: <<https://www.jota.info/tributos-e-empresas/tributario/reforma-tributaria-entenda-propostas-no-congresso-29112021>>. Acesso em abril de 2022.

GOMES, Fabio Luiz. **Reforma Tributária: tributação, desenvolvimento e economia digital**. Digitaliza Conteúdo, 2022.

JAYME, Erik. **O direito internacional privado do novo milênio: a proteção da pessoa humana face à globalização**. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGDir./UFRGS, vol. 1, n1. 2011.

MARTINS, Guilherme Magalhães. **Responsabilidade Civil por Acidente de Consumo na Internet**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

O'REILLY, Tim. **Don't replace people. Augment them**. Medium.com, July 17, -2016. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/A-future-that-works-Executive-summary.ashx>. Acesso em junho 2022.

SANTANA. Héctor Valverde e VIAL. Sophia Martini. **Proteção Internacional do Consumidor e Cooperação Interjurisdicional**. Revista de Direito Internacional. UNICEUB, ISSN 2237-1036, p. 396.

UMA ANALÍTICA DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: DOS DISPOSITIVOS AO EXERCÍCIO DE LIBERDADE

Yamille Padilha Fernandes da Silva
Unicvyamille_hata@hotmail.com
Orientador: Giovane Moraes Porto

RESUMO

O tema da presente pesquisa pretende analisar os exercícios dos dispositivos de captura da subjetividade para constatar o processo de subjetivação, a produção de verdade sobre si mesmo e a interferência de uma produção de subjetividade criada e guiada por esses dispositivos. Assim, obtém-se uma conexão com o poder de governamentalidade que objetiva capturar, modelar e assegurar as condutas e opiniões dos seres vivos. Essa perspectiva está vinculada com o fenômeno jurídico na coerção de normas impostas, que são ditas como escolhas, infringi-las ou não, chamando-a escolha de “subjetividade”.

PALAVRAS-CHAVES: Subjetividade, governamentalidade, processo de subjetivação.

1. INTRODUÇÃO

Sujeito e subjetividade, hora o que significa, afinal? Pois bem, subjetividade, significa em seu conceito, algo que varia de pessoa para pessoa, de acordo com sua opinião e interpretação sobre determinado assunto, pois sujeito é um indivíduo. Partindo desses significados a pergunta que fica é, os indivíduos possuem controle sobre a formação de suas subjetividades, ou melhor, é possível um indivíduo possuir uma subjetividade por assim dizer pura?

Para Foucault, o indivíduo está incluso em duas situações, ligado a processos de objetivação e também, em situações em que age por si mesmo se modificando. O sujeito, para ele, pensa a si mesmo enquanto age devido a relações exteriores e interiores que o possibilita isso.

Também é exposto a modos de objetivação, como a ciência em que propõe ao sujeito que ele pense suas ações, como trabalhar, viver, produzir, o modo em que divide o sujeito em normal, anormal, doente, sadio, e o modo em que o sujeito age sobre si mesmo.

Os modos de objetivação apresentados por Foucault oferecem o panorama daquilo que ele pensou e produziu nas décadas anteriores: a ciência é

apresentada como um modo de objetivação dos sujeitos, que permite que os seres humanos sejam pensados em sua ação (seres que vivem, trabalham, produzem); o segundo modo de objetivação é tomado das práticas divisoras, isto é, o conjunto de práticas que permitem classificar os seres humanos em distintas categorias como, por exemplo, o normal e o anormal, o louco e o “são de espírito”, o doente e o sadio. Por fim, a terceira forma de objetivação pode ser percebida numa autoposição do sujeito, isto é, a maneira pela qual um ser humano se transforma em sujeito e age sobre si mesmo, como exemplo é citado seu estudo em torno da sexualidade. (GALLO, S. Biopolítica e subjetividade: resistência? EDUCAR EM REVISTA 2017, P.79)

Foucault dispõe sobre o que é a crítica, e começa falando sobre a pastoral cristã. Enquanto era abordada, especificamente, na atividade cristã foi apresentada a ideia de que cada indivíduo deveria ser governado e deixar se governar por uma figura que obtinha uma relação por assim dizer, global, integral, a qual condicionava sua salvação em uma relação de obediência.

Para fazer a história dessa atitude crítica, há vários caminhos. Eu gostaria simplesmente de sugerir a vocês aquele que é um caminho possível, ainda uma vez, dentre outros. Proporei a seguinte variação: a pastoral cristã, ou a igreja cristã enquanto ostentava uma atividade precisamente e especificamente pastoral, desenvolveu esta idéia - singular, creio eu, e absolutamente estranha à cultura antiga - que cada indivíduo, quais sejam sua idade, seu estatuto, e isso de uma extremidade a outra da sua vida e até no detalhe de suas ações, devia ser governado e devia se deixar governar, isto é conduzir à sua salvação, por alguém que o ligue numa relação global e, ao mesmo tempo, meticulosa, detalhada, de obediência. (FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? [Crítica e Aufklärung]. Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento, P.02)

Então, o indivíduo permite ser governado por uma figura de autoridade, aqui um Eclesiástico, a quem submete-se toda sua obediência, com o intuito da salvação.

Portanto, essa relação, segundo Foucault, está ligada a verdade em três sentidos, verdade essa ligada como uma doutrina, a modo que implica a um certo conhecimento individual dos indivíduos, e com o desdobramentos reflexivos de regras gerais, conhecimentos particulares. Precisamente, a igreja denominava esse governo de direção de consciência, a arte de governar os homens. “Além do que, não se pode esquecer o que, durante séculos, se chamou na igreja grega technètechnôn e na igreja romana latina arsartium, precisamente a direção de consciência; a arte de governar os homens.” (FOUCAULT, 1978, P.02)

Nesse momento percebe-se o começo das instituições formadoras de subjetividade. Edgardo Castro fala sobre essas instituições e o intuito delas.

As técnicas disciplinares nos mostram então como a lei e a norma, para além de sua complementariedade, funcionam de maneira diferente. A lei discrimina entre o permitido e o proibido, remete a conduta dos indivíduos a uma série de códigos nos quais se estabelece essa diferença, e persegue separar os não adequados ao legalmente estabelecido. A norma, em contrapartida, se move em relação a um campo de comparação no qual há maior ou menor adequação a respeito do que se considera ótimo; para estabelecer esse padrão de referência, não se serve de códigos, mas de saberes e, finalmente, não busca separar uns de outros, mas adequar e homogeneizar, normalizar. Nesse sentido, a instituição carcerária, o hospital ou a escola, ainda que temporalmente encerrem, não são, estritamente falando, formas de exclusão, mas práticas de normalização inclusiva. (CASTRO, Edgar. Introdução a Foucault: A sociedade de normalização: do intolerável à governamentalidade. 1º ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2015, P.71)

2. OBJETIVOS

Tem por objetivo geral, como já explanado acima, a comprovação da subjetividade ser imposta aos seres humanos, ser construída a partir de interferências de instituições governamentais, a qual essas instituições produzem os indivíduos padronizados para fácil manipulação.

Já no objetivo, com parâmetro específico:

- achar linhas de fuga, como perceber a imposição da subjetividade.
- criar uma produção de verdade sobre si mesmo;
- produzir outras formas de vida, para perceber essa governamentalidade que tem como objetivo a formação da subjetividade, e disso como conhecer a si mesmo.

3. METODOLOGIA

Através da pesquisa de como se dá a subjetivação autônoma, fazendo-se, assim, uma fuga da governamentalidade, será estudado como as instituições e como esses dispositivos aparecem padronizando os atos dos indivíduos, montando indivíduos autômatos que obedecem sem questionar, sem se revoltar com tanta exploração, sujeição e dominação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do artigo encontram-se em desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultados esperados, busca-se e a gênese do problema da subjetivação coerciva em que é imposta e introduzida aos seres humanos. E, com isso, perceber a imposição e buscar caminhos outros de produção da subjetividade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **O que é contemporâneo**. Chapecó, SC. Editora Argos, 2009.

CASTRO, Edgar. **Introdução a Foucault: A sociedade de normalização: do intolerável à governamentalidade**. 1º ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais – Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999-b.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2013

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Lígia M. Ponde Vassallo**. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no College de France (1977-1978) edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução: Eduardo Brandão; revisão da tradução: Claudia Berliner**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no College de France (1978-1979); edição estabelecida por Michel Senellart ; sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução: Eduardo Brandão; revisão da tradução: Claudia Berliner**. - São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **O que é a crítica? [Crítica e Aufklärung]. Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento.** In: Espaço Michel Foucault. 1990.

_____. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GALLO, Silvio. **Biopolítica e subjetividade: resistência?.** EDUCAR EM REVISTA, p. 77-94, 2017.

GROES, Frederich. **Desobedecer.** São Paulo. UBU Editora.2018.

A NEUROSE FÓBICA A PARTIR DO CASO DO PEQUENO HANS: UMA LEITURA PSICANALÍTICA

Amanda Caroline Costa Dal Lago¹; Jessica Rodrigues Conejo²; Valdeck da Silva Meneses³; ÉmilyLaiane Aguilár Albuquerque⁴

¹UniCV, amandadallago@gmail.com, ² UniCV, conejo.venturini@outlook.com; ³UniCV, valdeckmenezes@gmail.com; ⁴UniCV, prof_emily@unicv.edu.br

RESUMO

Essa pesquisa teve por objetivo compreender a neurose fóbica sob a ótica da psicanálise a partir de um dos casos clínico freudianos, intitulado o Pequeno Hans, publicado em 1909. Para a análise foi utilizado como base de estudo alguns teóricos principais, sendo eles: Sigmund Freud e Jacques Lacan. O aprofundamento teórico e conceitual das teorias analisadas e revisadas acerca da noção de neurose fóbica trouxeram uma melhor compreensão de conceitos psicanalíticos sobre o caso do Pequeno Hans, sua história e desenvolvimento ao longo das teorizações psicanalíticas.

PALAVRAS-CHAVES:Psicanálise. Pequeno Hans. Neurose Fóbica.

1. INTRODUÇÃO

O caso do Pequeno Hans fora publicado por Sigmund Freud em 1909, em que foi relatado a história da neurose fóbica de Hans, um menino de cinco anos que tinha medo de que o cavalo de seu pai o mordesse. O texto relatado por Freud descreve que o menino nesta época apesar de se comunicar bem, ser afetivo, acaba desenvolvendo uma fobia em relações a cavalos, onde estava tendo bastante dificuldade para sair de casa pois, tinha muito medo de que o cavalo o mordesse. O pai de Hans se comunicava com Freud através de cartas, onde ele relatava o que acontecia na rotina deles e como o pequeno Hans se comportava em alguns momentos. Tais cartas entre o pai de Hans e Freud foram importantes para construir uma linha de pensamento acerca da noção de neurose fóbica.

Nesse contexto, o pai de Hans relatava para Freud (1909) que Hans apresentava muito ciúmes da recém-chegada de sua irmã, chegando a adoecer e ter febre por não querer conviver com a irmã. Porém, uns seis meses mais tarde Hans já havia superado seus ciúmes, e sua afeição pelo bebê era igualada apenas pelo seu sentimento de ser superior e mais velho que ela. Essa e outras angústias de Hans foram deslocadas para outros objetos.

Percebe-se que muitos dos sintomas apresentados por Hans estava relacionado aos sintomas fóbicos, que significa “a expressão simbólica de um conflito psíquico, e, por isso, Freud vai considerá-la uma histeria de angústia. Ela justamente não se refere ao atual, e sim ao infantil – sexual e recalcado” (GURFINKEL, 2001, p. 37). Na fobia a figura paterna passa a assumir o papel do objeto externo. Na neurose o pai é o único que desempenha diferentes papéis nas diferentes neuroses.

No que se refere ao termo fobia Freud (1895) a classificou como pertencente ao grupo das neuroses de angústia, uma vez que ela ocorre quando existe uma falha ambiental e assim prejudica o desenvolvimento do indivíduo. Posteriormente, devido à análise do caso do Pequeno Hans relacionou-a ao complexo de Édipo, classificando-a no grupo de histeria de angústia, ou seja, o indivíduo tenta livrar-se da angústia à custa de inibições e de restrições a que se submete. Essas inibições são defesas que o sujeito utiliza para impedir que o conteúdo recalcado, sob a forma de libido livre, se manifeste na consciência. Ainda, defendeu que as fobias são processos resultantes dessa defesa. (LEMOS; MUSSOI, 2010, p. 22)

Assim, os estados de angústia revelam características de um estado incontrolável, sendo manifesto em uma reação violenta de fuga persistente. Manifesta-se por meio de inquietação diante do medo e do perigo da realidade interna e externa. O conflito do eu é colocado à prova em uma relação intermediária entre o Id e a realidade. A ansiedade causada a partir da relação a um objeto ou evento, evoca simbolicamente a angústia do conflito (VARGAS, 2008).

Apesar de não se ter registro conclusivo sobre a saída de Hans do Complexo de Édipo, ele ainda pode ter elaborado este período por meio de suas angústias de castração. Ficando evidente por meio do caso clínico que suas estruturas de cadeias significantes se reestruturaram e reorganizaram assim que foi lidando melhor com a sua realidade infantil.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste projeto fora o da melhor compreensão da neurose fóbica a partir do caso clínico do *Pequeno Hans*, da teoria psicanalítica freudiana e lacanianiana. Sendo os objetivos específicos o de analisar o caso de fobia do *Pequeno Hans* de Freud, publicado em 1909, relacionando-o com outras teorizações psicanalíticas.

3. METODOLOGIA

Dentro da perspectiva dos objetivos de estudo para essa pesquisa, foi-se direcionado o aprofundamento do olhar teórico visando compreender a estrutura psíquica de um sujeito que sofre de Neurose Fóbica. Para tal, utilizou-se como base a pesquisa bibliográfica e conceitual acerca da neurose fóbica a partir de teorizações freudianas e lacanianas. A busca pelos artigos, livros e revistas fora por intermédio de bases de dados científicas, como, por exemplo a *Scielo*, o Google Acadêmico, além de livros físicos e digitais.

Feito a pesquisa nas bases de dados científicas foi analisado o caso do Pequeno Hans de Freud (1909) tendo como foco, mais especificamente, o conceito de neuroses fóbica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado percebeu-se que o sintoma fóbico, para Ramos (2007), é uma forma de resgatar os conteúdos inconscientes, o afeto que não lhe fora investido, causando-lhe angústia, que lhe remete ao desamparo que sentiu na infância. Todavia, Trinca (2006) acrescenta que há uma angústia de algo que lhe falta (falo), há um medo constante de morte, a linguagem não pode descrever as emoções que este indivíduo experiente. O mesmo autor vem com a concepção de “self” para dar luz a este pensamento. O Self age como forma de uma representação imaginária do objeto, ou como um somato-psíquico, dando origem a uma personalidade fóbica, que fica à mercê da fragilidade do self.

Lacan (1995), fala das significâncias desta fobia desenvolvida pelo sujeito. “Na fobia, um cenário se ordena, organiza-se e captura mais do que ele o desenvolve (CARVALHO, 2006, p. 72). O cavalo, caso de Hans, cumpre uma mediação entre o mundo real e imaginário, que o sujeito necessita simbolizar. Lacan chama de operação feiticeira, que os significados são realocados, levando a uma constituição no campo real.

Na fantasia ligada a carroça, Lacan liga o medo não ao fato de não regressar, mas ao fato de não poder sair da carroça, atrelado a mãe. Lacan (1995) liga o fato de o menino sofrer por sua neurose fóbica ao fato de Hans não ter a presença do pai. A medida em que se põe

frente ao Complexo de Édipo, o sujeito necessita de simbolizações complexas a ele que produzem a fobia.

Carvalho (2006), relata que a fobia que a criança sentia era parte de um processo extenso, para que a criança tenha ciência de que o falo imaginário tenha outros pertences. Para Hans isso se revela quando a mãe e o pai estabelecem um relacionamento. Uma constante construção de um campo imaginário, possibilita a troca simbólica e a reestruturação do seu real.

Sendo assim, o sujeito, constituído através de suas relações, e do ambiente ao qual está inserido leva a determinados tipos de sofrimentos e de sintomas, caracterizando uma configuração de pensamentos, fantasias e comportamentos que podem levar a neurose fóbica no modo de funcionamento do psiquismo deste sujeito, trazendo diversas consequências ao longo de sua vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do caso clínico freudiano do Pequeno Hans, foi possível elaborar análises e reflexões acerca da estrutura da neurose obsessiva. Assim como levantar questionamentos da importância que há em compreender a neurose fóbica, sua relação com a realidade do sujeito e suas implicações na vida psíquica e social.

Com a contribuição da leitura simbólica dos acadêmicos envolvidos neste estudo, ampliou as possibilidades de leituras e de escrita contribuindo, assim, com suas formações em psicologia, psicanálise e, principalmente, nos processos científicos da dinâmica analítica. Além disso, a ênfase na relevância de produzir pesquisas a partir de casos clínicos e de obras literárias e dramáticas.

Assim, concluímos também que a perspectiva da produção acadêmica em psicologia e suas possibilidades de leituras e discussões críticas e psicanalíticas podem contribuir para um novo olhar social e histórico acerca dos sintomas e do adoecimento psíquico, ampliando as possibilidades de intervenções em casos clínicos futuros.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, E. B. "O papel do pai na fobia e na neurose obsessiva: o Pequeno Hans e o Homem dos ratos em Freud e em Lacan." (2006).

FREUD, S. (1916-1917a) **Conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXVII: Transferência. Obras Completas.** Rio de Janeiro: Imago, 1976, 503-521. (Edição Standard Brasileira, Vol. XVI.

_____. (1895). **Obsessões e fobias: seu mecanismo psíquico e sua etiologia.** In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro, RJ: Imago.

_____. (1909). **Duas Histórias Clínicas O “Pequeno Hans” e o “Homem dos Ratos”.** In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Imago Editora, Rio de Janeiro.**

GURFINKEL, A. C. **A fobia.** Coleção clínica psicanalítica. Direção: Flávio Carvalho Ferraz. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KNABEN, PhobieEinesFÜnfjÄhrigen. **O pequeno Hans: análise de uma fobia em um menino de cinco anos** (1909). O CASO do pequeno Hans. Christian Dunker, 2018. P&B.

LACAN, J. (2003). **Notas sobre a criança.** In J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 369-370). Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (2005). **O Seminário: Livro 10: A angústia.** Rio de Janeiro: Zahar.

_____. **As formações do inconsciente.** Livro 5. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar 1999.

_____. **A transferência.** Livro 8. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro Zahar, 1992.

LEMOS, S. L.; MUSSOI, M. B **Os fatores relacionados à fobia em crianças e as contribuições do brincar para o seu tratamento.** Copyright 2010 pelo Instituto Metodista de Ensino Superior CGC 44.351.146/0001-57 Mudanças – Psicologia da Saúde, Jan-Dez, 2010.

RAMOS, M.B.J. (2007). **Fobia: Cisão do Eu e Cegueira.** *Estudos de Psicanálise.* n. 30, p. 87-94.

TRINCA, W. (2006). **A personalidade fóbica: uma aproximação psicanalítica.** São Paulo: Vetor.

VARGAS, G.C; Oliveira, I.C.V; Ribeiro, K.C.S. (2008). **Freud e Hitchcock: comparação de quadros de fobia.** *Lat. Am. j. fundam. Psychopathol.* v.5, n.1, p. 56-58.

IMPACTO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL A PARTIR DA PSICANÁLISE

Amanda Rebeca Borges de Oliveira¹; Isadora de Moraes Blogoslawski²; Romeia Satie Sartori³; Émily Laiane Aguilar Albuquerque⁴

¹UniCV, rebeccamanda926@gmail.com; ²UniCV, isadoramb@outlook.com; ³UniCV, romeia_satie@yahoo.com.br; ⁴UniCV, prof_emily@unicv.edu.br

RESUMO

Esse estudo teve por objetivo discutir e analisar os impactos do abuso sexual infantil a partir de um embasamento teórico-conceitual psicanalítico. Como referencial metodológico foi utilizado a revisão bibliográfica de obras psicanalíticas que abrangem as consequências do abuso sexual infantil para o desenvolvimento psíquico da vítima. Sendo a obra freudiana uma base teórica para o desenvolvimento desta pesquisa, bem como para a psicologia e para o entendimento dos processos psíquicos na área da psicanálise.

PALAVRAS-CHAVES: Abuso infantil. Psicanálise. Trauma

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Almeida (2019) as crianças do nosso país estão desde a era da colonização expostas a múltiplas violências, isso porque é presente na história dados que comprovam a forma negligente que a infância era tratada, devido à falta de proteção a essa fase da vida. Segundo Philippe Ariès (1986) a precariedade no cuidado da criança tinha como efeito o alto índice de mortalidade infantil uma vez que as crianças eram expostas a péssimas condições de vida, sem condições de tratamento à saúde, falta de afeto dos pais e inseridas no trabalho ainda na infância. Sem qualquer preparo as crianças podiam ser compreendidas como independentes assim que começassem a se comportar como adultos. Não passavam por etapas importantes do desenvolvimento humano como, por exemplo, o brincar.

Lopes (2018) ainda salienta que mesmo considerado uma atividade criminosa após o século XIX, o abuso sexual se faz presente na sociedade. E alguns países são autorizados o casamento com crianças e adolescentes, sendo comum até mesmo entre as tribos indígenas do Brasil. Mediante a isso, mesmo que a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescente tem por objetivo a seguridade social e prevenção de violências, os dados

epidemiológicos de violência sexual infantil são alarmantes e podem ser ainda mais elevados, visto que existem muitos dados que são notificados.

Posto isso, a violência sexual se caracteriza por um comportamento sexual criminoso de um adulto que utiliza da criança para satisfazer o seu desejo. Devido a fragilidade da própria idade, os abusadores acabam por usar de chantagem, força física e a coação para praticar atos de carícias aos órgãos genitais, tentativas a relações sexuais, beijos, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal. As violências sexuais não precisam necessariamente de contato físico, pode ser também assédio, voyeurismo e exibicionismo. Tal violência acomete todas as classes, idades e sexos, mas pesquisas demonstram um índice maior de fragilização das vítimas em comunidades carentes e excluídas socialmente (ALVES et al., 2020).

De acordo com a teoria psicanalítica a infância exerce um papel fundamental na constituição da vida psíquica do sujeito, pois é nesta fase que ocorrem as primeiras experiências que servem de estruturas para a formação da identidade, personalidade, criação de valores individuais, familiares, coletivos e sociais (OLIVEIRA, VIANA, 2018, p. 56).

2. OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa foi discutir e analisar a partir da psicanálise os impactos psíquicos e sociais que o abuso sexual infantil causa na vida da vítima. Tendo como objetivo específico compreender, a partir de uma revisão histórica da concepção da infância, como as crianças eram vistas ao decorrer dos tempos, o que é um abuso sexual, quais consequências psíquicas o abuso traz para a vítima e como os principais autores da psicanálise teorizam sobre esse contexto.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na elaboração da pesquisa foi a revisão bibliográfica. A pesquisa bibliográfica de acordo com Souza (2021), está inserida no meio acadêmico com a finalidade de aprimorar e atualizar o conhecimento, por meio de investigações científicas de obras já publicadas. Os instrumentos utilizados na realização desta pesquisa bibliográfica foi:

livros, artigos científicos, teses, dissertações, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas acerca da temática que já haviam sido publicadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No texto *Estudos sobre a histeria* (1896/1976), Freud desenvolveu o conceito de trauma a partir do seu trabalho com pacientes histéricas em que a partir da escuta ativa constatou que o trauma sexual ocorrido na infância das pacientes, desencadeavam as neuroses. Castiel (2012) relata que com essas experiências clínicas, Freud teorizou formas de compreender o desenvolvimento psíquico descrevendo que o psiquismo tinha origem numa série de forças, que funcionavam como energias impulsionadoras estruturais da personalidade.

Dentro do conceito da noção de trauma, com base no texto *Neuropsicoses de defesa* (1894/1996), Freud descreveu que a experiência traumática pode desencadear como resposta a divisão da consciência como defesa, isso porque o eu defende-se retirando da consciência a lembrança fazendo com que o sujeito esqueça da sua vivência traumática, essa forma de defesa é denominada por Freud de recalque, que em outras palavras, é um processo em que o eu desamarra o afeto contido na experiência traumática, causando a conversão. A conversão pode ser definida como uma dor emocional que por não conseguir ter um corpo elaborado devido a retirada do afeto, se transforma em uma resposta corporal.

Ferenczi descreve que após o trauma “ocorre uma agonia psíquica e física que ocasiona dores insuportáveis” (1931/1992, p. 79). A dor é tão intensa que a criança precisa se afastar de si mesma, afastar-se de seu psiquismo e de seu corpo. O desprazer causado pela comoção psíquica é tão grande que não consegue ser superado, exigindo uma possibilidade de vasão: “Tal possibilidade é oferecida pela autodestruição, a qual, enquanto fator que liberta da angústia, será preferida ao sofrimento mudo” (Ferenczi, 1932/1992, p. 111). Com isso, a desorientação psíquica ajuda a suportar a dor moral sentida pela criança.

Na mesma perspectiva, segundo Peixoto Junior (2014) Ferenczi em seus escritos chama atenção para o papel da infância de ser um momento em que quando se tem possibilidade, a criança sonha, imagina, cria, deseja e amadurece em um processo natural, mas que pode sofrer impactos negativos quando ocorrem interjeições traumatizantes. Isso

por que o autor, se deparou com casos graves de pacientes que tiveram interferências em seu desenvolvimento psíquico, devido a própria incapacidade infantil de compreensão das vivências que acabaram por ser traumatizantes.

O trauma para o autor seria resultado da confusão entre línguas da criança e o adulto, isso porque existe na criança a sexualidade pré genital e no adulto a sexualidade genital, que dentre várias falhas provindas do ambiente, pode ocorrer da criança em sua linguagem da ternura que é a inocência, se deparar com um adulto incestuoso que faz da criança vítima do abuso sexual (FERENCZI 1933/1992).

Desmentir a criança de sua vivência desencadeia dificuldades em acreditar em suas percepções, nas outras pessoas e em quem confiava, além disso pode causar o sentimento de angústia, abandono, desamparo e solidão. Podendo também a criança ter seu impulso libidinal prejudicado e não mais conseguir psiquicamente metabolizar e incluir o que seria necessário em seu percurso psíquico. Nesse sentido a clivagem do eu provoca a incapacidade de sintetizar e metabolizar as emoções sentidas na experiência vivenciada, impossibilitando que representações completas de associações e introjeções sejam realizadas, mesmo sendo necessárias para a integração dessas vivências (PEIXOTO JUNIOR, 2014).

Assim Ferenczi (1933) chama atenção para crianças que não são bem acolhidas pelo ambiente, nem tiveram um cuidador que mediasse o mundo subjetivo e objetivo tão importante para a construção do ser humano, fazendo-as sofrerem impactos graves psíquicos. Como efeito a criança pode se auto responsabilizar por cuidar de si mesmo ocupando o papel de cuidador, amadurecendo precocemente. A prematuração psicológica é um termo utilizado pelo autor para descrever esse processo patológico e traumático de maturação antes da hora adequada, como resposta ao trauma.

É importante ressaltar que o desprazer provocado pela comoção traumática é tão excessivo que está além do expressado. Não é apenas o desprazer, mas uma grande dor que não pode ir para o inconsciente nem ser recalçada. O trauma traz marcas corporais, que reapareceriam em cenas analíticas como manifestações simbólicas corporais. A criança diante da dor e do desamparo vê a submissão para a vontade do agressor, muitas vezes, como única saída, levando ao esquecimento de si mesma e a uma possível identificação daquele que a abusou como forma de lidar com seu sofrimento (Ferenczi, 1933/1992, p. 102).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Chauí (1980) a partir da prática clínica e das teorizações psicanalíticas, é possível observar que a criança que sofreu abusos e violências sofre com consequências emocionais, cognitivas, sociais ainda na vida adulta e que impactam toda a sociedade. Como foi escrito anteriormente, pode ocorrer a perpetuação do ciclo dessas violências caso não olharmos para essa problemática social. Como Oliveira (2010) descreve, o abuso sexual infantil deixa profundos impactos negativos na vida das vítimas prejudicando o seu desenvolvimento sexual, psíquico e interrelacional, o que compromete a saúde mental da vítima bem como o estabelecimento de boas relações humanas.

Com isso, considerando as reflexões trazidas pela psicanálise, foi possível compreender a dimensão do trauma, conceito que foi desenvolvido a partir da observação dos danos psíquicos sofridos pela vítima do abuso sexual infantil. Um tema que se mostra tão necessário de ser discutido, refletido para que intervenções sejam realizadas na sociedade que trata dessa temática ainda como um tabu, pelo não-dito, deixando profundas marcas subjetivas e estruturais no contexto social e psicológico.

Esse tema de estudo despertou nas autoras muitas angústias e dificuldades ao longo do percurso de leitura e de escrita, justamente por se tratar de uma temática que descobre uma série de sentimentos profundos e angustiantes acerca da violência e da sexualidade humana, exigindo esforços contínuos para a finalização deste estudo. Mas, que sobretudo proporcionou a tomada de consciência, amparado no papel de uma psicologia comprometida permanente em afirmar os direitos de proteção para as crianças que estão em condição de imaturidade psíquica, biológica e social necessitando de mediadores e facilitadores para um desenvolvimento ético e humano para as próximas crianças que virão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nirreily Alves de; Roque, Joaquim Iarley Brito. **Abuso sexual infantil e seus impactos no desenvolvimento da estrutura psíquica dos sujeitos.** tcc (graduação) - Curso de psicologia, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – Uni Leão, Juazeiro do Norte, 2019.

ALVES, R. M.; DA SILVA, V.; GARCIA, R. S.; VIANA, L. S.; VIEIRA, M. S. **Os motivos para a perpetuação do silêncio das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.** Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 10, n. 2, 2020.

ARÍES, P. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. - 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CASTIEL, S. V. et al. **Defesa e trauma: do projeto à atualidade**. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica* [online]. 2012.

FERENCZI, S. **Análise de crianças com adultos**. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1933/1992.

FREUD, S. **As neuropsicoses de defesa**. in: *ESB*, Rio de Janeiro, Imago, v. 03, 1969.

FREUD, S. **A etiologia da histeria**. In: FREUD, S. *Primeiras publicações psicanalíticas (1893-1899)* Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. **Fragmento da análise de um caso de histeria**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LOPES, Y. J. **Um olhar sobre pedofilia e seu discurso na psicose e perversão**. 2018. OLIVEIRA, A. D.; VIANA, A. J. P. **A Adolescência dos doze ao zero: O processo de desenvolvimento e as contribuições de Freud e Winnicott**. *Revista Juventude e Políticas Públicas*, v. 2, p. 55-66, 2018.

SOUZA, A. S. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. *Caderno da Fucamp*. v n.20, 2021.